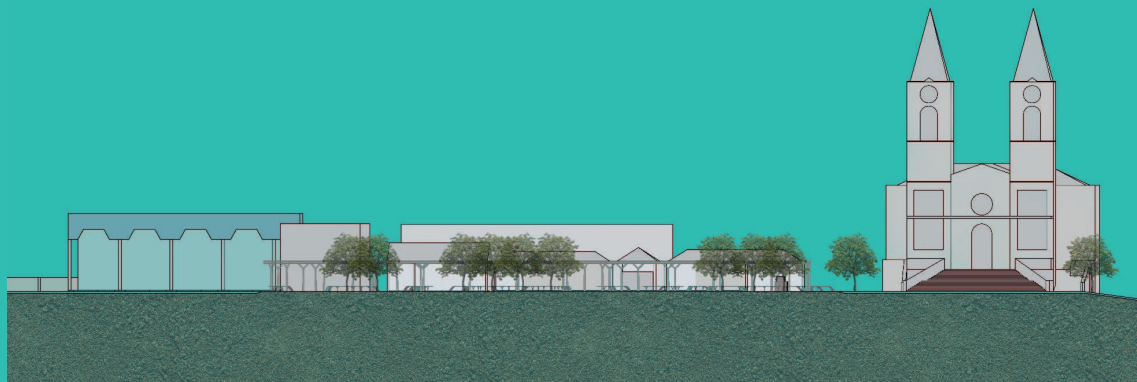


ANDRÉ LUIZ FERREIRA MILHORANÇA
2016

no meio do
caminho
tinha uma
P R A Ç A



ANDRÉ LUIZ FERREIRA MILHORANÇA

no meio do caminho tinha uma praça:

ressignificação de um espaço público em Presidente Bernardes (SP)

Trabalho Final de Graduação II, apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da Universidade Estadual de São Paulo Júlio de Mesquita Filho (UNESP), *campus* de Presidente Prudente.

Orientador: Prof. Dr. Helio Hirao

Presidente Prudente

2016

Agora permanecem a fé, a
esperança e o amor, essas
três coisas. A maior delas
é o amor.

1 Coríntios 13,13

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, inspirador de todos os meus atos e projetos, por ter-me permitido traçar um caminho que pode mudar vidas.

À minha família, em especial minha mãe Edmárcia, meu irmão Anderson e, em memória, minha vó Maria, que foi para a morada eterna agora na reta final de minha graduação. Obrigado por dividirem e suportarem todos os sonhos.

Aos meus amigos que me acompanharam mais de perto nesses últimos anos: o sexteto - Foca, Stoian, Mineiro, Rafa - e também o Grupo Maravilhoso - Máysa, Camila e Matheus - por toda a maravilhosidade. À família Missão Jovem, que junto com a Arquitetura, fizeram uma enorme e irreparável transformação em minha vida.

Ao MEJ e a tudo que a Ópera Krios - e as pessoas nelas envolvidas - me proporcionaram e não me fizeram voltar das greves e não desistir da graduação. À Tãmisa, que fez-me apaixonar pelo movimento e que me empurrou para muito além de onde eu achava que podia chegar. Em especial, à Gestão Gigantismo.

À todos os meus professores que contribuíram para a minha formação profissional, especialmente meu orientador Prof. Dr. Helio Hirao, por toda a atenção e suporte que me disponibilizou para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	COMO FOI FEITO	23
3	FALANDO NISSO	27
	3.1 Percepção segundo a fenomenologia	29
	3.2 Espaços de e para pessoas	33
	3.3 Praça e seu caráter público	36
	3.4 Espaço sagrado	39
	3.5 Espaço <i>entre</i>	42
4	RECONHECIMENTO TERRITORIAL	49
	4.1 Histórico	51
	4.1.1 Ocupação do Pontal do Paranapanema	51
	4.1.2 Fundação de Presidente Bernardes	53
	4.2 Reconhecimento do lugar	56
5	REFERÊNCIAS PROJETUAIS	75
	5.1 Praça São Vicente de Paula Estúdio Arquitetura	77
	5.2 Ladeira da Barroquinha Metro Arquitetos Associados	78
	5.3 Teruel Lovers Square José Ignacio Linazasoro	79
	5.4 Parc de la Villette Bernard Tschumi	80
	5.5 Marquise do Ibirapuera Oscar Niemeyer	83
	5.6 Piazza del Campo Siena - Itália	84
6	O PROJETO	89
7	REFERÊNCIAS	105
	ANEXOS	111

RESUMO

O presente trabalho busca resignificar a Praça Arthur Ramos e Silva Jr. para os moradores de Presidente Bernardes – SP. Mesmo tendo nascido junto com a cidade, a praça conhecida como Praça da Matriz, devido sua localização, sofreu transformações em seu desenho, fazendo com que sua utilização ficasse cada vez mais limitada. Através da percepção, entendida pela fenomenologia, buscou-se vivenciar o espaço em busca de entender e sentir as maneiras que a praça é utilizada nos dias atuais. Apreendido o contexto, os levantamentos foram realizados por meio da observação no local, tanto para construção das bases cartográficas quanto para a análise comportamental no ambiente. O método que muito contribui para tal atividade é a deriva, que consiste em deambular pela cidade sem a obrigação do cotidiano e sem nada a buscar, mas estando atento aos acontecimentos e às informações que o lugar fornece. Para aprimorar ainda mais, foram recolhidos mapas mentais de usuários da praça, a fim de identificar a imagem que essas pessoas têm em relação à praça e à cidade. Os resultados obtidos indicam que, atualmente, a Praça da Matriz é majoritariamente utilizada como espaço de passagem, devido a sua localização medianeira entre o terminal rodoviário e a igreja matriz da cidade. Dessa maneira, este trabalho elabora de um projeto de redesenho da Praça da Matriz, buscando reacender a importância deste local para a área central da cidade – e para a cidade como um todo – e valorizando os elementos nela hoje existentes, a fim de potencializar seu caráter de espaço público.

Palavras-chave: praça da matriz; espaço público; Presidente Bernardes

ABSTRACT

This study aims to reframe the Square Arthur Ramos and Silva Jr. for the residents of Presidente Bernardes - SP. Even having been born with the city, the square known as Church Square, because of its location, has undergone changes in its design, making use becomes increasingly limited. Through perception, understood by phenomenology, sought to experience space in search to understand and feel the way that the square is used today. Seized context, began the surveys through observation on site, both for the construction of cartographic databases and for the behavioral analysis in the environment. The method that greatly contributes to this activity is derived, which is to wander around the city without the daily obligation and nothing to look, but being aware of the events and the information that the place provides. To further enhance, mind maps users of the square were collected in order to identify the image that these people have in relation to the square and the city. The results indicate that currently the Cathedral Square is used as a place of passage for most of its users because of its mediatrix location between the bus station and the main church of the city. Thus, elaborates on a redesign project of the Matriz Square, seeking to rekindle the importance of this place to the central area of the city - and the city as a whole - and valuing the elements it exist today in order to leverage its character of public space.

Keywords: square matrix; public place; Presidente Bernardes



An aerial, top-down view of a modern architectural complex. The buildings feature a mix of geometric shapes, including a prominent central structure with a red, curved roof and several smaller, angular structures. The complex is interspersed with green trees and landscaped areas. The overall scene is set against a dark blue background, suggesting a night or dusk setting. The text '1. INTRODUÇÃO' is overlaid in white, bold, sans-serif font in the lower right quadrant of the image.

1. INTRODUÇÃO

Quando somos atraídos por um espaço, é como se algo mágico acontecesse. A força do desenho, o conforto do ambiente, a essência da arquitetura são fatores que contribuem para tal fato. Em se tratando de relações humanas, os locais de encontro e passagem são os grandes contribuintes das memórias dos novos e antigos laços pessoais, sejam com outros seres ou mesmo com os lugares (GEHL, 2013).

Se deixarmos um pouco do egoísmo de lado, logo notaremos que este mesmo espaço já serviu para que inúmeras relações sociais e manifestações públicas acontecessem. Trata-se de outros tempos, de dias passados, que produziram uma lembrança e hoje fazemos memória. O ato de desconstruir o espaço ou forma da maneira que o conhecemos hoje significa, na arquitetura, uma tentativa de entender o lugar como projetos não acabados em permanente reconstrução. “[...] A relação forma-matéria [...] dá lugar à relação força-matéria; a matéria não como construtora de formas, mas como agenciadora de situações a serem ativadas por uma ação no espaço¹” (GUATELLI, 2012).

[...] Não existe uma escrita automática da relação social, das necessidades da massa, nem em política, nem em arquitetura. Também aí há sempre um duelo e a reação é imprevisível. As massas se relacionam com o objeto arquitetônico à sua maneira e, se o arquiteto não se desviou do programa, o objeto será desviado de qualquer forma e os usuários se encarregarão de restituir esse destino imprevisível que faltava ao projeto. É outra forma de radicalidade involuntária (BAUDRILLARD, p. 50, 1999).

E com essa ideia de Baudrillard, reforça-se o questionamento sobre o

¹ GUATELLI, Igor. Arquitetura dos entre-lugares: sobre a importância do trabalho conceitual. São Paulo: Editora Senac, p. 18, 2012.

poder da arquitetura, uma vez que a própria necessidade do usuário o fará completar, ou mesmo inventar, aquilo que falta no projeto. O espaço está lá, basta vivenciá-lo. Enxergar esse cenário faz pensar quão intensa é a experiência de vivenciar esse espaço, pois sua compreensão passa por vários campos de discussão. Assim, desenvolver a percepção das interações que acontecem entre usuários e espaço se torna uma questão fundamental.

[...] o que é que me tocou? Tudo. Tudo, as coisas, as pessoas, o ar, o ruído, sons, cores, presenças materiais, texturas e também formas. [...] E o que é que me tocou para além disso? A minha disposição, os meus sentimentos, a minha expectativa na altura em ali estive sentado (ZUMTHOR, p. 17, 2006).

Merleau-Ponty (1999) entende a percepção através do método da fenomenologia, entrando numa dimensão da memória. Dessa maneira, a percepção não é sinônimo, simplesmente, da sensibilidade do cotidiano, mas compreende a relação de uma memória pré-existente, que só dá sentido ao objeto – ou ao espaço – a partir do momento que interage com ele. Ou seja, é preciso importar primeiro a história – como seres humanos que refletem e pensam o objeto de diferentes formas.

Por essa relação entre memória e objeto, dá-se abertura ao entendimento de um espaço passível de diversidade. Sendo esse espaço capaz de receber e produzir manifestações da existência humana, sua natureza se justifica pelo fato de estar estreitamente ligada à realidade da cidade e aos valores da civilização: desde a ágora grega, a cidade é concebida como lugar onde tem podido conviver diferentes modos de vida, culturas e concepções do mundo. As pessoas têm opiniões e ideias diferentes e, portanto, sua participação marca a heterogeneidade que caracteriza a composição

da cidade. O contato com o díspar permite a criação da heterogeneidade característica da cidade (DELGADO, 2011).

Essa convivência entre os diferentes não exclui, porém, a manifestação do individualismo. Angelo Serpa (2007) constata, em sua obra, a consagração do individualismo em que o espaço público torna-se uma sobreposição de espaços privados, mesmo que simbolicamente. Isso quer dizer que, do momento da apropriação pelas pessoas, uma barreira simbólica é construída ao seu redor. A utilização de um mesmo espaço por diferentes grupos é a ferramenta capaz de quebrar tais empecilhos, pois o uso vizinho pode se tornar um incômodo, sendo este o fator que me leva a pensar na heterogeneidade e nas condições de permanência nesse espaço (SERPA, 2007).

[...] A imagem do lugar, baseada na “estável e “ajustada” relação espaço-uso (específico), é substituída pela relação espaço-tempo, lugares cujas imagens vão se alterando no tempo em virtude das ações que ocorrem no espaço, um espaço sempre em processo, nunca estável. [...] O fazer arquitetônico atual está diretamente vinculado às questões relativas ao espaço, entendendo-o como um suporte de suposições (GUATELLI, p. 31, 2012).

Sun Alex (2008) explana o conceito de praça, apontando como sendo um espaço de encontro e convívio. Portanto, para ele, a praça, em nossa cultura, relaciona-se com o conceito de espaço público, devido à possibilidade de ser um espaço acessível a todos os indivíduos, que se tornam capazes de interagir entre si e com o próprio espaço, independentemente de sua condição social. Sua permeabilidade de acessos e a atmosfera que irradia de seu interior – que convidam a adentra-la – amplificam sua condição de espaço público.

Não distante, e ainda como herança das missões jesuíticas em território brasileiro, muitas cidades – mesmo no século XX – configuram-se inicialmente a partir da “praça da matriz”. Este espaço aberto, aos arredores da ampla igreja, era destinado ao número sempre crescente de convertidos e curiosos para que pudessem se reunir e andar livremente (COSTA, 2010).

Bem como, a cidade de Presidente Bernardes – SP, que remonta suas origens à chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Alta Sorocabana no ano de 1919 ao antigo povoado de Guarucaia, também tem seu traçado urbano determinado por instalações importantes, como a Igreja Matriz e seus “jardins” e a Estação Ferroviária (SANTOS, 2000).

Cheia de significado e história, a Igreja Matriz de Presidente Bernardes tem papel fundamental na organização dessa pequena cidade do interior paulista, sendo um ponto de referência geográfico e histórico. Devido ao sistema de mutirão, utilizado na construção do edifício, o templo católico movimentou diversas famílias, criando ao seu redor relações sociais que permitem recontar trechos da trajetória de tal fato (MILHORANÇA, 2015).

Dessa forma, a praça da matriz – assim conhecida a Praça Dr. Artur Ramos e Silva Junior – foi e é palco de interações, encontros e atividades promovidos pelos indivíduos, pelo município e por instituições. Inclusive, a própria Igreja Católica, em atividades específicas com a comunidade, estende seu espaço celebrativo sobre a praça. E justamente por essa sobreposição de usos, este trabalho buscou identificar, a priori, quais elementos presentes no espaço o configura como tal. Em especial, indagou-se as formas como o sagrado se manifesta sob forma de hierofania no espaço (ROSENDAHL, 2008).

Falar de espaço sagrado em arquitetura é uma impertinência. É preciso um olhar descentrado, alheio ao fato arquitetônico, para

juntar esses dois conceitos: o espaço e o sagrado. [...] A experiência com o espaço sagrado é uma experiência religiosa e, a princípio, dissociada de qualquer forma arquitetônica. O espaço sagrado interessa à arquitetura enquanto determinante do uso a ser dado a ele sem que se discuta a sua natureza. Interessa ainda, pela forma que, na urbanística, esse espaço sagrado determina o uso e a planificação do solo comum e profano (ABMUNASSUR, 2000, p. 186)².

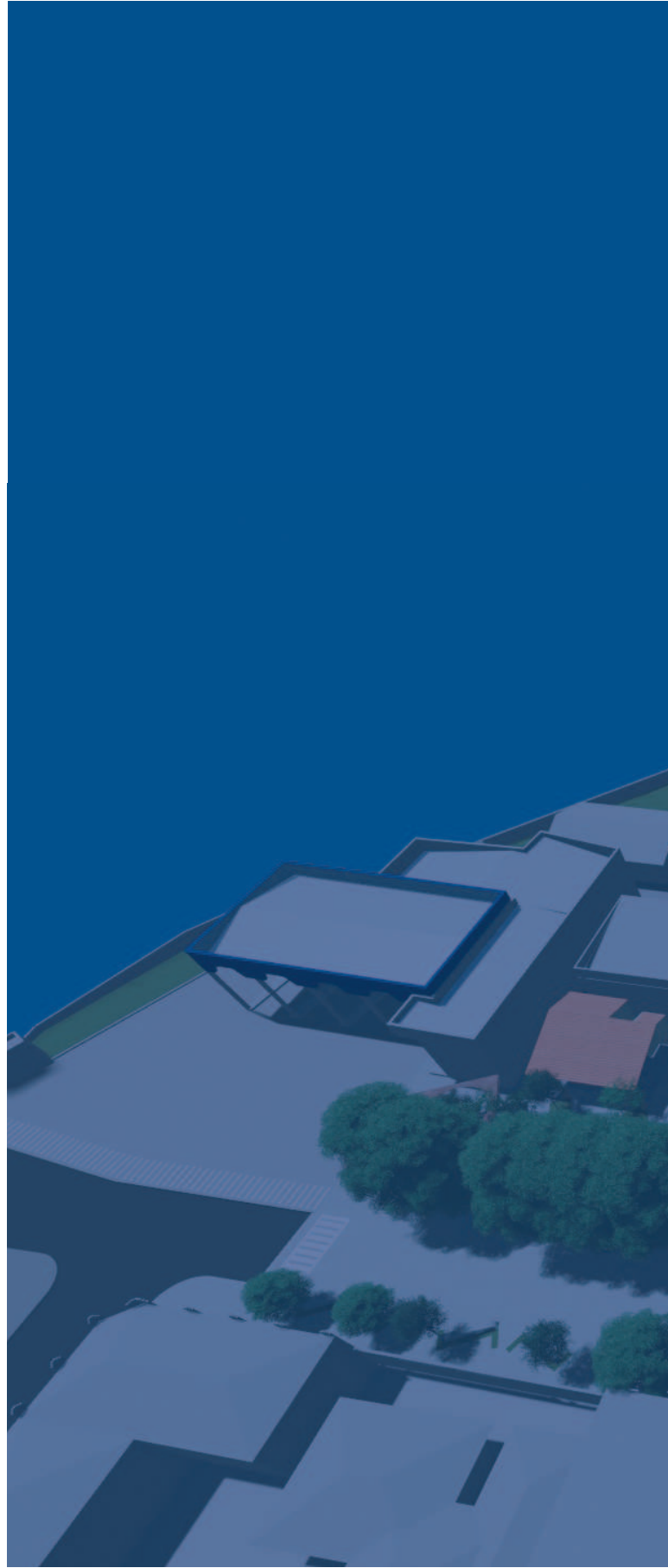
Por essa pluralidade, importância e memória, este trabalho busca entender o tempo em que os espaços da Praça da Matriz e seu entorno imediato foram concebidos, uma vez que a construção do espaço-tempo influenciou muito na decisão da reconfiguração de um ambiente. Com a contribuição da fenomenologia, evidencia-se o espaço, os ambientes, e tudo o que os circunda. E essa percepção dá outro conteúdo para uma forma que foi pré-concebida para servir a outra coisa (MERLEAU-PONTY, 1999).

Tendo como fundamento o entendimento desta praça como espaço público (ALEX, 2008), pretende-se fazer uma análise por meio da percepção (MERLEAU-PONTY, 1999) e da avaliação pós-ocupação como suporte de projeto (ORNSTEIN e ROMERO, 1992) para embasar as intervenções arquitetônicas para que este espaço tenha como maior atração as pessoas (GEHL, 2013), garantindo a coexistência das diversas manifestações.

Por meio dessas discussões, este trabalho objetiva elaborar propostas arquitetônicas e urbanísticas a fim de preservar as relações espaciais e pessoais que envolvem a Praça da Matriz e seu entorno, bem como resgatar a história e as transformações sofridas neste espaço público, ressignificando as ambiências desta praça que hoje é marcada por ser apenas um local de

² ABUMANSUR, Edin Sued. A arte, a arquitetura e o sagrado. *Ciencias Sociales y Religión*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 186, 2000.

passagem, mas que apresenta um grande potencial como geradora de pontos nodais, capazes de promover encontros e manifestações sociais.



An aerial architectural rendering of a building complex on a hillside. The buildings feature various rooflines, including a prominent red-tiled roof with a central gable and a large, flat roof with a central section. The complex is surrounded by greenery, including trees and shrubs. The background is a solid blue sky. The text '2. COMO FOI FEITO' is overlaid in white, bold, sans-serif font at the bottom center of the image.

2. COMO FOI FEITO

Este trabalho teve como objetivo desenvolver um projeto arquitetônico urbanístico para a Praça Dr. Arthur Ramos e Silva Jr, no centro da cidade de Presidente Bernardes – SP, a fim de fortalecer o caráter de um espaço público projetado na dimensão humana, bem como ressignificar a importância deste local no contexto desta pequena cidade do interior paulista (GEHL, 2013).

Para tal, inicialmente, foram realizadas visitas para identificação de atividades e dinâmicas existentes na Praça da Matriz – como é carinhosamente conhecida a Praça Dr. Arthur Ramos e Silva Jr. – uma vez que a quadra na qual está inserida, são atendidos diversos serviços. São eles: o terminal rodoviário da cidade, o Acessa São Paulo³, o Centro de Convivência do Idoso (CCI), o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), o Centro de Catequese, a Igreja Matriz, a casa paroquial, lanchonetes e espaço para jogos de mesa. Todos eles são de natureza social, ou seja, atendem o público em geral.

Partindo da área de estudo, este trabalho deu sequência com procedimentos habituais de projeto, constituídos de pesquisa histórica, análise do contexto, levantamento da morfologia e instalações existentes. Para melhor compreensão e embasamento do trabalho, foi realizada uma etapa de revisão bibliográfica sobre os temas considerados de importância para o mesmo.

Desse modo, foram realizadas visitas à Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes e à Secretaria Paroquial como parte da pesquisa histórica e levantamento de características morfológicas. Além disso, foram utilizadas imagens do Google Earth e realizadas incontáveis visitas ao local. Após o levantamento da base cartográfica, passou-se para a análise de compor-

³ O Acessa São Paulo é um programa de inclusão digital do governo do Estado que disponibiliza “infocentros”, espaços públicos com computadores que dão acesso gratuito e livre à internet. Fonte: Disponível em <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/acoes/acessasp.htm>>. Acesso em 25 ago. 2016.

tamento ambiental por meio de observações no local. Entendido o contexto do espaço de intervenção, foram buscados projetos a serem tomados como referência projetual.

Por fim, quando da elaboração do projeto, através da observação dos usos e identificação de conflitos entre projeto e uso (ALEX, 2008), e entendendo a Praça da Matriz como sendo um lugar entre (GUATELLI, 2012), é proposto um projeto de intervenção arquitetônico urbanística tendo suas diretrizes montadas na potencialização do caráter de espaço público, que respeita a história criada em seus arredores, e que ressignifica a presença do indivíduo criador de possibilidades (GEHL, 2013).





3. FALANDO NISSO

A seguir, foram revisados e discutidos temas que permeiam a elaboração do projeto arquitetônico urbanístico objetivado neste trabalho, passando pela escolha do método perceptivo do espaço, pelo entendimento da natureza do local de intervenção e, por fim, pelos elementos de orientação da proposta interventiva.

3.1 Percepção segundo a Fenomenologia

“A atmosfera comunica com a nossa percepção emocional, isto é, a percepção que funciona de forma instintiva e que o ser humano possui para sobreviver”⁴. Entendendo os ambientes e os espaços como dotados de atmosfera, Zumthor (2006) afirma que é por ela que o espaço construído se comunica com os observadores, habitantes, visitantes e, também, com a vizinhança, que os contagia.

Merleau-Ponty (1999) entende a percepção através do método da fenomenologia. Trata-se de um método filosófico que se propõe, desde seus primórdios, a resolver o dogma crescente da produção científica do início do século XX através de uma reflexão radical que revelasse os preconceitos em nós estabelecidos pelo ambiente e pelas condições exteriores. Dessa forma, não se considera a percepção como sinônimo, simplesmente, da sensibilidade do cotidiano.

Mesmo as mais simples percepções que conhecemos versam sobre relações e não somente sobre termos absolutos. Ou seja, ela é resultado da interação entre forma e conteúdo. Sendo assim, a percepção remonta à dimensão da memória e, com nossa memória pré-existente, só se dá sentido ao objeto a partir do momento que interagimos com ele. Cada parte anuncia mais do que ela contém, e essa percepção elementar já está, portanto, carregada de um sentido (MERLEAU-PONTY, 1999).

“A percepção não é uma ciência do mundo, não é mesmo um ato, uma tomada de posição deliberada, é o fruto sobre o qual todos os atos se destacam e ela está pressuposta por eles”⁵. Não estamos falando de uma percepção que se constrói rapidamente daquilo que observamos cotidia-

⁴ ZUMTHOR, Peter, 2006, p. 13.

⁵ MERLEAU-PONTY, Maurice, 1999, p. 8.

namente, mas sim como a consciência provoca nossas manifestações. Ou seja, é preciso importar primeiro a história em nossa memória.

[...] Quando a grandeza aparente de um objeto varia com sua distância aparente, ou sua cor aparente com as recordações que dela temos, reconhece-se que “os processos sensoriais não são inacessíveis a influências centrais”. Neste caso, portanto, o “sensível” não pode mais ser definido como o efeito imediato de um estímulo exterior (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 29).

Segundo o autor, a percepção constrói ao longo de nossa vida os objetos e suas importâncias; evidencia o espaço, os ambientes e tudo o que nos circunda. Ao analisarmos algo por meio da percepção transportamos o analisado a nossa consciência. Fazemos percepção com o percebido. Dessa forma, damos outro conteúdo para uma forma que foi pré-estabelecida para servir a outra coisa (MERLEAU-PONTY, 1999).

A qualidade determinada, pela qual o empirismo queria definir a sensação, não compunha um elemento da consciência, mas sim um objeto tardio de uma consciência científica. A ideia de percepção que o autor quer trabalhar perpassa pela relação entre o visível e o sensível. “[...] O visível é o que se apreende com os olhos, o sensível é o que se apreende pelos sentidos”⁶. O processo simples existente na fisiologia da percepção – que envolve os elementos receptor, transmissor e registrador – é complexificado pela consciência e pela experiência. Dessa maneira, os sentidos não são apenas instrumentos: o aparelho sensorial não é um mero condutor.

Por meio da constante relação entre o mundo objetivo e o subjetivo entende-se que as partes de uma coisa não são ligadas entre si por uma

⁶ MERLEAU-PONTY, Maurice, 1999, p. 28.

simples associação exterior. O campo perceptivo – composição de coisas e de vazios entre as coisas – modifica nossa percepção justamente pela infinidade de conexões que podem ser realizadas entre as partes, as coisas, os objetos, as pessoas, os espaços, os vazios, e muito mais.

Para completar a percepção, as recordações precisam ser tornadas possíveis pela fisionomia dos dados, ou seja, elas precisam ser reconhecidas e organizadas. Antes de qualquer contribuição da memória, aquilo que é sentido deve presentemente organizar-se de modo a oferecer uma estrutura em que seja possível reconhecer as experiências anteriores (MERLEAU-PONTY, 1999).

Se enfim admitirmos que as recordações não se projetam por si mesmas nas sensações, e que a consciência as confronta com o dado presente para absorver apenas aqueles que se harmonizam com ele, reconhece-se então um objeto originário que traz em si seu sentido e o opõe àquele das recordações. Portanto, este objeto é a própria percepção.

[...] Perceber não é experimentar um sem-número de impressões que trariam consigo recordações capazes de completa-las, é ver jorrar de uma constelação de dados um sentido imanente sem o qual nenhum apelo às recordações seria possível (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 47).

A fenomenologia, portanto, é o método que estimula o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essências: a essência da percepção, e essência da consciência, por exemplo. Por meio delas, busca-se compreender a exposição do espaço, do tempo e do mundo “vividuos”. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 5). E como conclui Peter Zumthor, o que o toca a sentir as atmosferas dos espaços são as coisas, as pesso-

as, o ar, o ruído, os sons, cores, presenças materiais, texturas e formas, que sempre estão de alguma forma conectados com a disposição, os sentimentos e as expectativas daquele que observa e vive o lugar (ZUMTHOR, 2006, p. 17).

Como método de percepção, Guy Debord propõe a teoria da deriva, ligada aos efeitos da natureza psicogeográfica e à afirmação de um comportamento lúcido-constructivo, sendo realizado com uma passagem rápida por ambientes variados. A deriva se opõe aos aspectos clássicos de uma viagem ou passeio, pois uma ou várias pessoas se deixam levar pelas situações do terreno e os encontros que nele se processam.

Diferente dos de um passeio, os acasos da deriva determinam ao sujeito que deriva novos eixos habituais, os quais lhe fazem voltar constantemente. O sujeito é convidado a dirigir-se só, em uma hora marcada a um lugar que lhe fixe, livre de todas as rotinas do cotidiano, já que não tem nada a esperar. A extensão mínima de uma deriva pode compor-se por uma pequena unidade de ambiente: só um bairro, ou inclusive um quarteirão se valer a pena.

O ensino da deriva permite estabelecer os primeiros quadros das articulações psicogeográficas de uma cidade moderna. Além do reconhecimento de unidades de ambiente, de seus componentes principais e de sua localização espacial, se percebe seus eixos principais de caminhos, suas saídas e suas defesas. [...] As diferentes unidades da atmosfera e de moradia não estão, hoje em dia, exatamente demarcadas, sem aproximar-se dos limites mais ou menos extensos. O maior ganho que propõe a deriva é a diminuição constante desses limites, até sua supressão completa. Na arquitetura, a inclinação à deriva leva a anunciar todo tipo de novos labirintos que as possibilidades modernas de construção favorecem (DEBORD, 2003, p. 48).

Embora a teoria da deriva já esteja completando 60 anos, ainda não é possível compreendê-la totalmente através dos relatos de sua aplicação. Possivelmente, isso acontece por conta da inerência que o caminhante deve ter ao espaço, o que o coloca totalmente a mercê das manifestações naturais e sociais do espaço experimentado. Ainda assim, há pontos a serem encontrados entre a percepção e a deriva, uma vez que essa primeira também se coloca na observação do espaço, porém não de maneira aleatória, e sim ligada a uma memória.

3.2 Espaços de e para pessoas

A ideia do espaço público é inerente à discussão em algumas obras clássicas do urbanismo publicadas ainda nas décadas de 1960, 1970 e mesmo 1980, porém nunca apresentada de maneira a conceituar de forma explícita o significado do espaço público. Os autores o entendiam como tendo o sentido de um espaço social, comum e coletivo. Com a evolução da discussão, o autor Manoel Delgado (2011) constrói seu pensamento do espaço público como discurso, como lugar e contra multidão.

Assim sendo, o espaço público é um local de manifestações e intervenções urbanas onde encontramos um rol de postulados programáticos dentro do qual as divergências são superadas, sem serem esquecidas ou negadas por completo, mas naquele espaço são deixadas de lado. Isto quer dizer que é um espaço onde deve acontecer a democracia: um espaço de encontro entre pessoas livres e iguais que argumentam num processo discursivo aberto que se direciona ao mútuo entendimento, com forte senso inteligível referindo-se a significados fortes e compromissos morais que devem ser cumpridos.

Entendendo o espaço público como um lugar onde a democracia de-

veria ver sua natureza igualitária, é aí onde se exercem os direitos de expressão e reunião para discussões de assuntos que concernem a todos. Concomitantemente, é o lugar onde o Estado deseja negar temporariamente a natureza assimétrica das relações sociais que administra e serve, ou seja, é o palco de encontro das pessoas que buscam fazer a mediação entre a sociedade e o próprio Estado.

Com este panorama, Richard Sennett esboça as ideias iniciais sobre o espaço público, apontando a impossibilidade de conhecer este espaço sem conhecer a cidade. Isto porque ele está intimamente ligado à realidade da cidade e aos valores da civilização. A cidade é cenário do convívio de diferentes modos de vida, culturas e concepções de mundo: as pessoas que a ela dão vida tem opiniões distintas e, portanto, configuram a heterogeneidade que caracterizam a composição da cidade.

Angelo Serpa (2007) compreende a possibilidade de convívio de diferentes grupos por meio da sobreposição de espaços privados – mesmo que simbolicamente – em que, do momento da apropriação do espaço público, os grupos de usuários constroem uma barreira simbólica ao seu redor. Os diversos individualismos que utilizam um mesmo espaço constituem uma ferramenta capaz de quebrar barreiras, pois o uso vizinho pode se tornar um incômodo e por essa razão os usuários assimilam a heterogeneidade e as condições de permanência nesse espaço.

Não é de se estranhar que a estreita ligação entre uso do espaço público pelas pessoas, a qualidade desse espaço e o grau de preocupação com a dimensão humana seja um padrão geral que pode ser visto em todas as escalas. Assim, como as cidades podem convidar as pessoas para uma vida na cidade, há muitos exemplos de como a renovação de um único espaço, ou mesmo a mudança no mobiliário urbano e outros detalhes podem convi-

dar as pessoas a desenvolver um padrão de uso totalmente novo (GEHL, 2013, p.16).

O arquiteto dinamarquês Jan Gehl, em *Cidade Para Pessoas*, explora inúmeras vezes a questão da escala humana, denotando que a maior atração da cidade são as pessoas. Dessa forma, ao atrai-las para os espaços públicos, a segurança deste local e seus arredores se intensifica, bem como a vitalidade desses espaços. Justamente, reforçar áreas de pedestres como uma política urbana é a chave pela qual arquitetos e urbanistas conseguirão desenvolver cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis.

As pessoas se reúnem onde as coisas acontecem e espontaneamente buscam outras pessoas: é relevante que todos os grupos sociais possam se encontrar nesses espaços, seja se deslocando para suas atividades diárias, seja se direcionando para tal lugar. Identificar o nível de atividade num espaço público é um fator importante para a vida na cidade e envolve critérios como a quantidade de outras pessoas presentes e o tempo de permanência dos usuários (GEHL, 2013).

Para que as pessoas abracem o espaço urbano, é necessário que elas se sintam seguras. Segundo Jan Gehl, a vida e as próprias pessoas tornam a cidade mais convidativa e segura, pois se transferirmos o foco da defesa da esfera privada para uma discussão geral sobre o “sentir-se seguro” enquanto se caminha pelo espaço público, constata-se uma conexão entre o objetivo de reforçar a vida na cidade e o desejo de segurança. Além disso, um bom desenho urbano, que facilite o deslocamento das pessoas e as leve a seu destino final de forma direta, também contribui com a sensação de segurança.

O aspecto democrático do espaço público é potencializado pela sustentabilidade social ao viabilizar acessos iguais para que encontremos “outras

“pessoas” neste espaço: ser bem acessível, convidativo e cenário atraente para encontros é pré-requisito geral. Se os encontros são fundamentais, as oportunidades para ver, ouvir e falar são condições prévias para a comunicação, uma vez que ver e ser visto é a forma mais simples e mais comum de encontro entre as pessoas (GEHL, 2013).

O mobiliário urbano contribui de maneira valiosa aos encontros no espaço das cidades, ainda mais se respeitam e criam paisagens propícias para as relações visuais, auditivas e físicas geradas pelos encontros entre as pessoas. Mais uma vez, reforça-se a ideia de que a cidade precisa manter a dimensão humana para que as oportunidades de encontro nos espaços de vivência continuem configurando uma cidade com qualidade de vida.

3.3 Praça e seu caráter público

A praça, em sua origem latina, é caracterizada como sendo um espaço de encontro e convívio, de natureza urbana. Por sua implantação no tecido urbano, este espaço é conformado por várias aberturas que direcionam naturalmente os mais diversos fluxos em busca dos mais diversos usos que conferem a esse espaço o caráter de lugar e ponto central de manifestação da vida pública. Para Alex (2008), é o espaço para a troca.

Se, de fato, atendidas as características de acessibilidade e diversidade, a praça em nossa cultura vincula-se ao conceito de espaço público. A maneira como acontece na cidade, sua permeabilidade como acesso, o efeito que irradia e atmosfera de seu interior, que convidam a adentra-la, ampliam sua condição de espaço público (ALEX, 2008).

Porém, a partir dos anos 1960, por decorrência da influência estética e funcional do paisagismo norte-americano, a praça foi perdendo o caráter

público por excelência. O projeto da praça, por sua configuração e transformação, afeta diretamente o convívio social e, portanto, o exercício da cidadania. Desse modo, o que se conseguiu foi reforçar o processo de exclusão, por conta do caráter técnico que os projetos passaram a angariar:

[...] O conceito de praça como encontro e convergência de fluxos urbanos cede lugar aos projetos de praça, com equipamentos de recreação e repositório do verde, assumindo, ao mesmo tempo que se desenvolve o urbanismo moderno, o viés técnico em detrimento do político, desconsiderando completamente as especificidades e as demandas locais (ALEX, 2008, p. 11).

Para reforçar o caráter público da praça, Alex cita Gomes⁷, que considera que os atributos de um espaço público são, justamente, aqueles que se relacionam com a vida pública. Dessa forma, é necessário garantir, em primeiro lugar, a copresença de indivíduos para que esse lugar opere alguma atividade pública.

Remontando às suas origens, a praça é um logradouro público por excelência que deve sua existência, sobretudo, aos adros das igrejas. A praça surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas, destacando na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social: acolhia os frequentadores e realçava os edifícios. Além disso, sinalizava um local para reunião de pessoas e para exercício de uma infinidade de atividades diferentes (ALEX, 2008).

Em sua pesquisa, Alex procurou demonstrar que o convívio social no

⁷ Paulo César da Costa Gomes, A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade, cit., p. 160.

espaço público está intimamente relacionado às oportunidades de acesso e uso, o que depende de uma coerência entre os desenhos interno e externo deste espaço. Por isso, considera como primordial a acessibilidade, elencando três tipos de acesso ao espaço público: acesso físico, acesso visual e acesso simbólico.

O acesso físico refere-se à ausência de barreiras espaciais ou arquitetônicas para entrar e sair de um lugar, bem como a localização de aberturas, as condições de travessias das ruas e a qualidade ambiental dos trajetos. Enquanto isso, o acesso visual refere-se ao primeiro contato, mesmo à distância, do usuário com o lugar: perceber e identificar ameaças é procedimento instintivo antes de adentrar qualquer espaço. Sendo assim, uma praça visível de todas as calçadas é mais propícia ao uso. Por fim, o acesso simbólico, ou social, refere-se à presença de sinais que sugerem quem é e quem não é bem-vindo ao lugar: porteiros e guardas representam segurança para alguns e intimidação para outros; tipos de comércio e política de preços são frequentemente conjugados para atrair ou inibir determinados públicos (ALEX, 2008).

A metodologia utilizada para fazer a identificação dos aspectos citados é a Avaliação Pós-Ocupação (APO), sistematizada no Brasil por Sheila Ornstein e Marcelo Romero, que consiste num processo que “compara sistematicamente e rigorosamente o desempenho real da construção com os critérios de desempenho estabelecidos explicitamente”⁸. A APO se distingue das avaliações clássicas de desempenho pois considera fundamental também aferir o atendimento das necessidades ou o nível de satisfação dos usuários.

Mais do que conter um desenho coerente, a APO realizada por Willian Whyte no Bryant Park, em New York no ano de 1993, constatou que o

⁸ Sun Alex, 2008, p. 27.

sucesso do espaço público era determinado pelo acesso e pelas opções de lugares. Ao citar essa pesquisa, Sun Alex reforça, justamente, a importância da acessibilidade – os três tipos de acesso – ao espaço público, concordando com Jan Gehl em afirmar que a maior atração das praças eram as pessoas. Além disso, os dois pontos de destaque foram a percepção de segurança – advinda da popularidade do local e da presença de policiais e guardas – e o melhoramento no acesso visual e físico, gerando um aumento de uso (ALEX, 2008).

Desse ponto, o autor passa a sugerir uma metodologia de projeto para praças, em que os estudos seguem os procedimentos habituais de projeto – pesquisa histórica, análise de formas e usos – auxiliados pela avaliação pós-ocupação. Os estudos utilizam desenhos em planta, desde a escala do tecido urbano até a escala local, onde são avaliados a permeabilidade, a acessibilidade, a relação com a vizinhança próxima e imediata, a atual situação, os usos, a não-conformidade e o projeto (ALEX, 2008).

3.4 Espaço sagrado

A arquitetura religiosa, ao longo dos tempos, se tornou um marco de referência temporal e significativa de sua época, definindo a relação do homem com Deus. A concepção do lugar sagrado, segundo Rosendahl (2008), reside no mundo imaginário, em que é criado o círculo sagrado que terá seu tamanho determinado pelo número de participantes, cujos limites são definidos pela imaginação dos mesmos. Por isso, a arquitetura do sagrado, como espaço e funcionalidade, não deve ser uma imitação de uma forma passada, mas deve representar a cosmovisão de um tempo, do seu povo, na sua realidade.

“[...] A geografia define o espaço sagrado como um campo de forças e

de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, transpondo-o para um lugar distinto daquele no qual transcorre seu cotidiano”⁹. A noção de espaço sagrado se vincula à familiaridade com o lugar e a experiência humana nele compartilhada. O sagrado, como manifestação cultural, ocorre no tempo cotidiano e no tempo sagrado, afirmando-se no lugar e no espaço, no território e na paisagem, na realidade de seu povo (ROSENDAHL, 2008).

Se ocorrem no tempo, os fenômenos religiosos se manifestam num momento histórico e imprimem marcas no espaço: as formas simbólicas, imagens e símbolos são portadores de significados religiosos. Segundo Rosendahl (2009), são representações da realidade, resultantes do complexo processo pelo qual os significados são produzidos e comunicados entre pessoas de um mesmo grupo cultural.

Além disso, Rosendahl procura classificar o espaço sagrado segundo sua localização, que contribuirá com a experiência da pessoa com o divino, reconhecendo três níveis: o fixo, o não fixo e o imaginalis. O espaço sagrado fixo refere-se às cidades-santuário – ou hierópolis – envolvendo espaço (o lugar) e tempo (os fluxos de peregrinação). Enquanto isso, o espaço sagrado não associado necessariamente a uma territorialidade definida é classificado como espaço sagrado não fixo. O terceiro tipo é o espaço imaginalis, que está associado à imaginação dos adeptos, e é definido pela criação do círculo sagrado a partir da escolha de uma localização (ROSENDAHL, 2008).

Para Abmunassur (2000), a experiência com o espaço sagrado é uma experiência religiosa e, a princípio, dissociada de qualquer forma arquitetônica. Sem que se discuta sua natureza, o espaço sagrado compete à arquitetura enquanto determinante do uso a ser dado a ele, e ainda, na urbanística, pela maneira que esse espaço sagrado determina o uso e a planificação

⁹ Zeny Rosendahl, 2008, p. 7.

do solo comum.

Portanto, se associamos a experiência do espaço sagrado à religião, é pela interioridade do indivíduo que se adquire o status de sagrado. Dessa forma, não se limita apenas à dimensão religiosa da vida das pessoas, mas de toda a vida referenciada as pulsões e experiências pessoais. O sagrado, na modernidade, refugiou-se na figura do indivíduo e na sua capacidade de integrar em si mesmo apelos e realidades distintas (ABMUNASSUR, 2000).

[...] O outro, o distante, o exótico está ao lado do indivíduo moderno. Ele já não está mais em casa a não ser na retórica familiar das pessoas com quem convive. Andando pelas ruas de uma cidade ele é um estrangeiro em terra estranha. Paradoxalmente é nos não-lugares, uma terra de ninguém, que o indivíduo contemporâneo sente-se mais à vontade. Os lugares fortemente marcados por uma identidade e uma história pertencem a outros que não ele e por isso cria-se uma barreira entre o indivíduo e o "lugar" e entre o indivíduo e as pessoas daquele "lugar". Assim, o melhor lugar para se estar é justamente aquele que não representa nada para ninguém. Não sendo um lugar carregado de símbolos relacionais, históricos e identitários, sendo portanto um lugar "vazio" de representações, acaba por ser também um lugar onde cada um pode criar as suas próprias significações (ABMUNASSUR, 2000, p. 189).

Por fim, a experiência religiosa começa a se desprender dos suportes materiais, encontrando nestes somente a motivação para uma experiência centrada no observador, ou no crente, e não mais na obra de arte ou no espaço religioso. Para Abmunassur, o homem religioso contemporâneo não reconhece a priori a sacralidade nos espaços tradicionalmente vistos como tal, ficando essa atribuição dependente do indivíduo e sua experiência (AB-

MUNASSUR, 2000).

3.5 Espaço *entre*

Em diálogo com a filosofia pós-estruturalista francesa, sobretudo com as teorias desconstrucionistas do filósofo Jacques Derrida, por meio do questionamento das estruturas estáveis e históricas do pensamento, buscou-se compreender a discussão conceitual do fazer arquitetônico. Questionando as metáforas binomiais arquitetônicas, como programa-uso e forma-função, por exemplo, Guatelli volta atenção às coisas entre-lugares como possibilidade de pensamentos outros em arquitetura (GUATELLI, 2012).

A problemática se desenvolve ao entender o espaço como o lugar do evento, do acontecimento, da indefinição e do imprevisível, assim como o foi para os pós-estruturalistas. A arquitetura, em si, funda um espaço do habitar, onde ocorrer trocas interpessoais por conviverem em cotidiano. Ela é um suporte de expressão artística tanto para quem a concebe quanto para quem a recebe e usa. Portanto, é o local da liberação de forças vitais justamente pela condição de atuação criativa do espaço. Desse modo

[...] A relação forma-matéria, preponderante nas questões estético-artísticas, dá lugar à relação força-matéria; a matéria não como construtora de formas, mas como agenciadora de situações a serem ativadas por uma ação no espaço. [...] À parte sua insuperável condição material e presença formal, o mundo da arquitetura é o mundo das inscrições dos corpos no espaço constituído pela matéria (GUATELLI, 2012, p. 18).

De maneira pragmática, ao iniciarmos um projeto arquitetônico pela busca de seu conteúdo programático, acabamos por não concebê-lo na ideia de totalidade, prejudicando a relação exterior e interior, gerando espaços residuais. Estes espaços, aparentemente sem uso nas cidades, estão sempre abertos ao constante processo de apropriações diversas, livres da influência de qualquer imposição ocasionada por uma precondição. Logo, o controle programático-espacial deve apenas sugerir circunstâncias, mas nunca definir as motivações do ato de demorar-se na arquitetura (GUATELLI, 2012).

Ainda assim persiste o desejo do arquiteto pelo controle e total definição do espaço como preocupação de se estabelecer os limites do que parece apropriado para o projeto desenvolvido. Delimitação é justamente o termo que revela a construção / desconstrução da arquitetura do entre-lugares: “ao delimitar o espaço ou a forma, essa arquitetura busca delimitar, abrir espaço/forma, propondo projetos não acabados em permanente reconstrução¹⁰”.

[...] Em suma, seria no espaço, não no espaço predeterminado, mas nos “entres”, nos espaços livres de preconfigurações, que vivenciaríamos esses “momentos de invenção” e criaríamos condição para o devenir autêntico, indo além dos limites impostos pelo “natural”, pela história construída por discursos dominantes. [...] um espaço aberto a interpretações e apropriações múltiplas e não correspondentes, capaz de absorver e registrar as marcas deixadas sem, no entanto, adquirir um sentido que pudesse ser adotado como o mais adequado, e, no momento seguinte, capaz de voltar a sua situação de significante, à espera de novos significados, interpretações, intervenções por parte dos usuários ativadores (GUATELLI, 2012, p. 32).

¹⁰ Nota do editor do livro “Arquitetura de entre-lugares”, do autor Igor Guatelli, 2012.

O espaço intermediário é, assim, caracterizado pela indefinição: um espaço aberto às significações *entre* espaços definidos. Desse modo, a condição *entre* em arquitetura gera espaços motivadores de ações dos usuários, onde o arquiteto-autor estaria distante da definição das apropriações do espaço, pois este agora é livre de significados e representações advindos das intenções do arquiteto, onde o programa não seria determinado, mas mutável, sendo solicitado e conformado por ações por vir. Sendo assim, o *entre* não seria um espaço completamente desprovido de função, pois, ao ser um local propício para o advento do novo, já estaria abrigando uma função, tratando-se, portanto, da construção que resolve e, ao mesmo tempo, ameaça o objeto.

Rompendo-se com essas “verdades” da arquitetura, abre-se a possibilidade da diferença, a possibilidade do contato com o outro, entendendo o outro não apenas como o próximo, mas aquilo que estamos nos tornando, uma vez que se abre também a possibilidade de reflexão e do encontrar-se. Afinal, é somente quando nos encontramos que aceitamos mudar.

Desse modo, novas relações estão passíveis de acontecer e novas manifestações estão abertas a despontar. Bem como, na arquitetura, a relação entre os volumes construídos – os novos e os existentes – torna-se tão importante quanto os próprios volumes, visto que os intervalos e os vazios podem também ser preenchidos.

Dentre as diversas alternativas da existência do espaço intermediário, as infraestruturas passam a desempenhar um importante papel na solução formal, funcional e simbólica da arquitetura, participando de maneira igualitária do projeto, não sendo mais apenas um pano de fundo. Espaços constituídos por esses elementos infraestruturais são capazes de absorver e registrar as mais diversas erupções de usos e, no momento seguinte, voltar a sua condição infraestrutural.

Portanto, é uma existência paradoxal, onde o protagonista da arqui-

tetura já não está tão bem definido. Os diversos elementos possíveis de compor o vazio assumem uma condição que pode ser mutável de acordo com a maneira como é apropriada. É justamente a possibilidade de constantes combinações e recombinações entre esses espaços intransitivos e os dominantes, ou transitivos, que justifica a existência e garante a vitalidade não só dos primeiros, mas de ambos.

Os espaços transitivos seriam os “motivadores” da ocupação e uso dos espaços intransitivos, e estes, forças de significação por sua aparente indefinição e flexibilidade de apropriação, seriam, então, os intensificadores de uso, pois podem ser constantemente transgredidos em seu sentido original por atos e manifestações dos múltiplos “autores”, leiam-se usuários (GUATELLI, 2012, p. 108).

O grande desafio do arquiteto está em projetar espaços cada vez mais abrangentes, onde o possibilitar o surgimento de eventos e de manifestações imprevistas transforma-se em uma estratégia técnica, haja vista que pode ser projetual, intencional e não apenas ocasional. São justamente espaços compreendidos em sua totalidade – interior / *entre* / exterior – que adquirem o caráter de intermediação dessas “situações” do espaço. Mesmo havendo a necessidade da constituição de um programa, este poderia não ser constituído e fixado por um ato, mas estar sempre em processo, nunca completamente terminado.

A presença do imprevisto não seria algo complementar, como numa condição de preenchimento, mas, por ser um excesso, chega para desestabilizar os sentidos “corretos” e, aparentemente, mais apropriados. Espaços entre formas agora constituem campos para ações imprevistas e já não são mais secundários com relação à forma. Nem função nem forma são aban-

donadas, mas enriquecidas.

Ambos, sujeito e arquitetura, são constituintes do espaço e, nessa condição, buscam ser enriquecidos. O sujeito, por meio de um processo que poderia instá-lo a questionamentos, estimula as habilidades necessárias para o convívio com a diferença. A arquitetura, enriquecida pela condição entre, forma espaços constituídos, estáveis conjugados a espaços não constituídos, instáveis e ambíguos.

[...] a arquitetura, diferentemente da literatura e da filosofia, além de ser construção, não é apenas um lugar do pensamento e da reflexão, mas da ação, da manifestação concreta no espaço por parte do sujeito, e que pode ser criadora, inventiva, de engajamento livre e, por isso mesmo, paradoxal quanto à sua relação com o sujeito (GUATELLI, 2012, p. 124).

Por mais que a figura do autor-arquiteto pareça ser enfraquecida, pois o plenamente constituído e definido não mais estaria em suas mãos, o *entre* em arquitetura permanece sendo fruto de um ato projetual, justificando assim o ainda papel fundamental do arquiteto na construção de arquiteturas. Apesar da intencionalidade da constituição da situação *entre* – compondo um lugar onde qualquer tentativa de controle ou sugestão de ocupação pelo usuário por parte do arquiteto é inviável –, sua finalidade é, justamente, não ter um fim.

As arquiteturas do *entre*, poderiam ser entendidas como arquiteturas que favorecem o livre pensar e agir, manifestos por intermédio de ações emancipadoras, de ações distantes do esperado ou pensado para aquele local, para aquele meio ou para aquela configuração espacial. Novamente, entendido em sua totalidade, o espaço também do *entre*, e não somente

este, pode ser entendido como um momento de encontro entre a razão e a ação, o conceito e a experiência, coexistindo e constituindo um campo fértil à imaginação e à produção de novas ideias: o porvir.

Para que o suporte arquitetônico seja capaz de potencializar suficientemente o devir, para práticas sociais não delimitadas, adota-se o delimitar – e ao mesmo tempo deslimitar – o suporte arquitetônico como estratégia para a construção do *entre*. Não basta, portanto, esperar por aquilo que chega, mas é preciso desejar-lo.

O exercício conceitual como meio especulativo e investigativo [...] pode ser a chance de uma nova junção estética entre o mundo sensível e o inteligível, entre a intuição e a construção de intencionalidades e suposições sem um fim a priori. [...] O entre-lugares passaria a ser não só a possibilidade de vir-a-ser um outro imprevisível em relação aos espaços arquitetônico e urbano projetados mas, também, um exercício de pensar o outro a partir de especulações conceituais e, daí, a promoção de deslocamentos e recomposições dos estáveis sentidos das coisas (GUATELLI, 2012, p. 136).

Entender o cotidiano do sujeito como uma procura por articulações com o espaço, bem como com a precipitação do porvir, amplia o poder de reflexão do indivíduo e o aproxima de seus limites – assim como deslimita – tornando-se um processo de abertura do mesmo ao outro sem que o sentido já dado seja completamente abandonado ou destruído. Na arquitetura, é preciso libertar-se de programas prontos para uso de sua necessidade de funcionar antecipadamente como um todo coerente. A partir de improváveis e discretas des-articulações e inesperados acoplamentos há a possibilidade de repensar o suporte e seus históricos pressupostos.



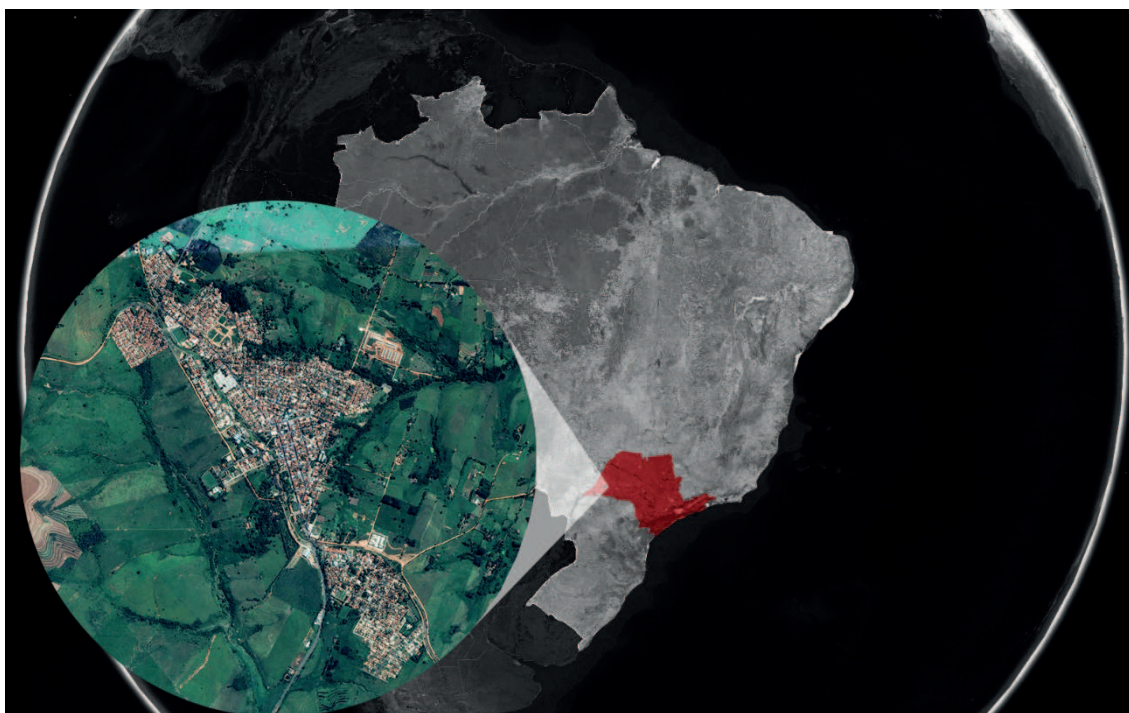


4. RECONHECIMENTO TERRITORIAL

Presidente Bernardes

é um município que fica no extremo oeste do Estado de São Paulo, na região conhecida como Pontal do Paranapanema, distante 580 km da capital São Paulo (figura 1). Fundada em 1919, hoje o município tem 97 anos e conta com 13.570 habitantes, sendo 10.500 pessoas residindo no perímetro urbano e 3.070 residindo na área rural, segundo dados do Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Figura 1 - Localização de Presidente Bernardes (SP)



Fonte: Google Earth (adaptado pelo autor)

4.1 Histórico

Compreender o processo histórico de um lugar é etapa importante de um processo projetual, principalmente se tratando da vida pública de uma cidade. Para o caso de Presidente Bernardes, foi necessário avançar o estudo histórico para a ocupação do Pontal do Paranapanema, devido suas particularidades, que refletem diretamente na forma como a cidade se espalha pelo solo.

4.1.1 Ocupação do Pontal do Paranapanema

O início do processo de ocupação do oeste do estado de São Paulo foi marcado por intensos conflitos entre a frente pioneira e a população ameríndia. De um lado, bandos de jagunços armados buscavam limpar o território e amedrontavam os caigangues¹¹ que, do outro lado, buscavam afugentar o homem branco. E assim, os ocupantes liquidaram os índios com extrema violência, assegurando a posse do novo território (LEITE, 1981).

Com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, as pessoas com poses puderam regularizar suas terras, por meio de registro em uma unidade paroquial. A partir daí o processo de grilagem começou a mostrar sua face, configurando a complexidade da questão agrária do Pontal do Paranapanema.

A gleba denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio passou por vá-

¹¹ Caigangues, ou “coroados”, eram os índios que ocupavam regiões do oeste do estado paulista, além de áreas dos estados da região sul. Consultar: LEITE, José Ferrari. A ocupação do Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente. Hucitec, 1981.

rias tentativas de legitimação, porém fracassadas. Foi somente quando o Cel. Manoel Goulart sabiamente, através de uma petição encaminhada ao Ministério da Agricultura solicitando a alocação de colonos estrangeiros na fazenda, conseguiu o reconhecimento do governo. “Os termos “sua fazenda” foram suficientes para Goulart e tiveram força de legitimação da sua posse. A partir daí, vendeu, trocou e doou terras.” (LEITE, 1981, p. 43).

O não reconhecimento legal das terras desencadeou o surgimento de centenas de grilos realizados por aventureiros paulistas e mineiros, uma vez que foram iniciadas as vendas, trocas e doação de terras da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Assim, os caminhos começaram a se alongar em direção à região, quando no final do século XIX ocorreu a abertura da estrada boiadeira, facilitando a entrada dos novos proprietários.

Posteriormente, a região passou a ter suas terras valorizadas por conta da chegada da Estrada de Ferro Alta Sorocabana, com origem em Botucatu e seguindo em direção às margens do Rio Paraná, o que provocou um aumento significativo na procura de terras. Com este cenário, Manoel Goulart liquidou suas terras fazendo negócio com numerosos compradores. Porém, começaram a surgir outros falsos títulos de propriedade de terra gerando conflito de grilo sobre grilo. Assim, configurou-se um novo conflito armado, mas desta vez entre pequenos e grandes grileiros, ampliando o contexto de disputa característico do Pontal (LEITE, 1981).

Comerciantes, aventureiros, especuladores e foragidos, além de imigrantes, confirmaram o processo de ocupação da região, dando origem aos municípios e distritos. Por conta da necessidade de escoamento de suas práticas agrícolas, os primeiros vilarejos surgiram ao longo da estrada de ferro. O café avançou em marcha à procura de solos virgens, para o cultivo desta lavoura, fomentada pela Sorocabana (SANTOS, 2000).

Com a crise de 1929, que abalou a economia mundial, a região substi-

tuiu a cultura do café pela cultura do amendoim e algodão. Dessa maneira, as terras assumiram uma situação duvidosa e passaram a se desvalorizar, desacelerando o processo de comercialização das propriedades. Porém, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência, instaurou-se um processo de recuperação da economia e, novamente, novos registros de grilagem (LEITE, 1981).

Mais uma vez, o Estado identificou a irregularidade no registro das terras compreendidas no grilo mãe Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, fazendo com que tais propriedades passassem a fazer parte do domínio do Estado, ou seja, se tornassem terras devolutas. Inclusive, na década de 30, o Estado publicou notas na imprensa em que alertava os compradores do risco de aquisição de terras no Pontal do Paranapanema.

4.1.2 Fundação de Presidente Bernardes

A estrada boiadeira teve grande importância no processo de fundação de Presidente Bernardes, devido à abertura conseguida na região do extremo oeste do estado de São Paulo, além de ter sido rota do gado comprado no Mato Grosso que, comandado por peões, seguiam esse caminho. No trajeto, havia pousos com água e pastagem para descanso de animais e seus condutores. O itinerário era a ponta dos trilhos que a Estrada de Ferro Alta Sorocabana havia começado a assentar no sertão (LEITE, 1981).

O núcleo urbano de Presidente Prudente já havia sido fundado por Francisco de Paula Goulart, o herdeiro do Cel. Manoel Goulart, aquele que parcelou a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Nessa fase de desbravamentos, o núcleo de Presidente Prudente, de alguma forma, influenciou o surgimento do povoado de Guarucaia, assim conhecido por causa da árvore de mesmo nome, bastante presente na gleba a ser ocupada, e igualmente

os outros que surgiram em direção à barranca do Rio Paraná (LEITE, 1981).

Atraído pelo desenvolvimento da Vila Goulart – primeiro nome de Presidente Prudente – o Coronel José Soares Marcondes emigrou de Minas Gerais para a região do Vale do Paranapanema. A estrada boiadeira já não era suficiente para o escoamento do gado do Mato Grosso do Sul para o Estado de São Paulo. Assim, no dia 1º de novembro de 1919, os trens chegaram à estação de Guarucaia, nome primitivo de Presidente Bernardes, nascida dentro da vasta floresta do sertão. A expansão dos trilhos aumentou a procura de terras por compradores vindos de muitas regiões paulistas e outros estados (LEITE, 1981).

No setor norte dos trilhos ficavam as terras que o Cel. Arthur Ramos e Silva e seus filhos Arthur Ramos e Silva Júnior e Luiz Ramos e Silva compraram dos herdeiros de Manoel Goulart e da Companhia dos Fazendeiros de São Paulo. Com a parcela recebida do pai, Arthur Ramos e Silva Júnior formou a Fazenda Guarucaia, margeando a linha da Estrada de Ferro Alta Sorocabana (SANTOS, 2000).

Enquanto isso, o Cel. José Soares Marcondes divisou a oportunidade de levar àquela região um povoado urbano e não perdeu tempo. O coronel dava ênfase ao fechamento dos negócios que lhe eram rentáveis. Chamava-lhe a atenção a presença do terminal que a ferrovia batizou de Guarucaia e os loteamentos que estavam sendo abertos na região. Faltava agora um núcleo urbana na visão do Cel. Marcondes, capaz de tornar-se uma futura cidade (SANTOS, 2000).

Ele contratou o agrimensor Francisco Cunha, que veio de Franca em setembro de 1919, para fazer a medição, parcelamento das terras em lotes e o traçado do núcleo. E assim, a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio, sociedade anônima criada no ano de 1920, tendo o Cel. Marcondes à frente dos negócios, prosseguiu com o comércio de lotes

urbanos e rurais (SANTOS, 2000).

À procura de glebas para comprar e plantar café, ou arrendá-las e nelas cultivar a lavoura, chegavam a Guaruaia as levadas de forasteiros. José Soares Marcondes impôs um estilo de colonização em nível empresarial, com suporte financeiro, usado também na forte propaganda para atrair os compradores. Segundo Leite (1981), o coronel viajou até a Itália para divulgar a venda de suas terras.

A Companhia Marcondes chegava a fretar vagões da Sorocabana para trazer compradores de terras. “Foi ele, sem dúvida, que imprimiu à Companhia Marcondes a marca de arrojo. Foi ele que levou a iniciativas de grande envergadura”¹². Porém, apesar de toda essa visão e esforços do Cel. Marcondes, a Companhia faliu com o registro de um desastre em 1927 (LEITE, 1981).

O povo do lugarejo gostava do nome Guaruaia, dado à estação, e mesmo assim a Companhia Sorocabana o substituiu, sem aviso, denominando-a Presidente Bernardes, em homenagem ao ex-presidente Arthur da Silva Bernardes. Da mesma forma, o progresso chegou rápido ao antigo povoado de Guaruaia, agora, com o batismo definitivo de Presidente Bernardes (SANTOS, 2000).

Prosseguiu a marcha do café com o fomento da Sorocabana atraindo ainda mais gente à procura dos solos virgens, para o cultivo daquela lavoura. E chegou o momento do povo e autoridades defenderem a criação do distrito de paz, conseguido em dezembro de 1925. Assim, o distrito de Presidente Bernardes passou a pertencer à jurisdição de Presidente Prudente.

¹² Em seus registros, José Ferrari Leite ressalta que muito do sucesso da Companhia Marcondes se deu à personalidade extrovertida do coronel. Segundo o autor, todos que conviveram com ele, são unânimes em afirmar que era o otimismo personificado. Infundia confiança e entusiasmo nos candidatos a proprietários e transmitia, como ninguém, sua fé inabalável no progresso da região. Para mais, consultar: LEITE, José Ferrari. A ocupação do Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente. Hucitec, 1981.

E no ano de 1935, foi muito comemorada a promoção do lugar à condição de município. O território agora pertencia a Presidente Bernardes, que assim, ganhou um governo próprio, liberdade de ações e de traçar seu próprio destino (SANTOS, 2000).

A cidade tinha tudo para crescer: território imenso, população trabalhadora, agricultura produtiva e rentável, mas faltou força política. Embora não conste em fontes concretas, moradores contam que Presidente Bernardes chegou a ter mais de 40 mil habitantes no período em que a cidade foi reconhecida como maior produtora de algodão da América Latina. Também já foi a maior produtora de amendoim do Brasil, além da grande produção de café, arroz, feijão, hortelã e etc.

4.2 Reconhecimento do lugar

São poucos os registros encontrados sobre a história de Presidente Bernardes. Foram realizadas visitas à Biblioteca Municipal e também à Prefeitura Municipal em busca de arquivos, documentos, fotos ou qualquer tipo de registro dos desbravadores do município de Presidente Bernardes. Os servidores de ambos os órgãos eram insistentes em afirmar que eu nada encontraria sobre os primórdios da cidade, pois se tratava de algo muito antigo. Eles relataram de que não há o costume de se guardar documentos antigos, pois estes ocupam espaço e não têm mais necessidade de serem guardados. Além disso, existiram conflitos entre gestões marcadas por tentativa de exterminação do que havia sido produzido em outras épocas (MILHORANÇA, 2015).

O caminho adotado tornou-se, portanto, a busca por pessoas que possivelmente saberiam contar, relatar, ou dizer algo a respeito do surgimento de Presidente Bernardes. Inclusive, as conversas foram a maior fonte de

informações para esta etapa de entendimento do processo de transformação territorial, permitindo fazer o cruzamento de dados com as poucas referências bibliográficas encontradas específicas para o caso de Presidente Bernardes.

Este trabalho também contou com pesquisas na web e, principalmente, acessos a grupos em redes sociais, como o grupo Bernardes no Passado e no Presente e o grupo Centro Histórico de Presidente Bernardes. Nessas plataformas são publicadas diversas fotos e curiosidades sobre o que já aconteceu na cidade, os moradores que por aqui passaram, as pessoas que marcaram história e os membros contribuem com relatos pessoais, lembrando casos de família.

Nesse contexto, o levantamento realizado pelo método da deriva e do deambular acabou por apresentar muitas informações que não estão registradas em nenhuma obra. Isso denota a importância da história oral para o caso de Presidente Bernardes que, segundo dados do censo de 2010 realizado pelo IBGE, conta com uma população idosa – com 60 anos ou mais – de quase 18% do total. Muitos moradores foram saudosistas em recordar algumas experiências vividas nos arredores da praça da matriz. E com essas informações, juntamente da pouca bibliografia encontrada a respeito, tentou-se fazer uma análise da evolução da paisagem.

A praça Dr. Arthur Ramos e Silva Junior teve seu local definido na cidade desde o primeiro traçado urbano, encomendado pelo Coronel José Soares Marcondes e executado pelo agrimensor Francisco Cunha em setembro de 1919. Tratava-se de uma quadra bastante central e em um dos pontos mais altos da cidade. Além disso, através da análise do desenho (figura 2), percebe-se que estavam previstos “jardins” – evidenciado pela inscrição – para a Igreja. Portanto, o espaço que hoje é uma praça sempre esteve associado à figura da Igreja Matriz e provido de espécies vegetativas (SANTOS, 2000).

Figura 2 - Primeiro traçado de Presidente Bernardes (SP)



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Os canteiros de vegetação sempre foram elementos presentes na praça. Em seu primeiro desenho, a praça também abrigou a capela de madeira que recebia a população e seus cultos antes das celebrações acontecerem no atual edifício da Igreja Matriz, a partir de 1933. Por meio da análise de fotos, a Praça da Matriz também já foi provida de coretos e uma fonte (figura 3). Também é possível observar que houve mudança no desenho dos canteiros, bem como os pisos foram trocados.

Figura 3 - Colagem de fotos antigas da Praça da Matriz, com destaque para os elementos que ela já conteve e suas mudanças



Fonte: Grupos "Bernardes no passado e no presente" e "Centro Histórico de Presidente Bernardes". Acesso em 05 abr. 2016.

A estrutura da marquise já presente destaca tempos de encontro, onde moradores diziam esperar seus companheiros que chegavam ao terminal rodoviário da cidade, além de ser um local onde se praticava "footing"¹³. Ainda é possível ressaltar as manifestações religiosas neste espaço, como

¹³ Ema espécie de paquera do início do século XX, caracterizado por um passeio de ida e volta, em trecho curto, de rapazes e garotas para verem o sexo oposto ou iniciarem um namoro.

a decoração das ruas para as procissões de Corpus Christi¹⁴. Fieis contam que havia o costume de se passar a madrugada anterior à festa cristã enfeitando as ruas por onde a procissão passaria, formando “tapetes” por onde o Santíssimo Sacramento passearia.

Através das transformações, a variedade de espécies vegetativas foi diminuindo a cada mudança no ambiente da praça, que foi se tornando cada vez mais confinada e demarcada dentro de uma área. Percebe-se que o desenho dos “jardins” sempre se manteve de maneira espraiada pela quadra (figura 4), incorporando os elementos existentes, que por embaçar os limites da praça potencializa a questão da acessibilidade que Sun Alex (2008) apresenta.

Figura 4 - Imagem aérea da região central de Presidente Bernardes



Fonte: Centro de Catequese de Presidente Bernardes

¹⁴ Festa solene em que a Igreja comemora o Santíssimo Sacramento da Eucaristia, sendo o único dia do ano que o Santíssimo Sacramento sai em procissão às ruas, em que os fieis agradecem a Deus pelo sacramento da Eucaristia, fonte e centro da fé católica.

Aos poucos, a quadra, que no primeiro traçado era destinada ao edifício da igreja e seus jardins, vai cedendo espaço para equipamentos municipais: o terminal rodoviário passa a dividir área desta quadra – em meados da década de 1980 – e, depois de ampliado, passa a fornecer novos serviços como o CAF (Centro de Apoio à Família) que deu lugar ao CCI (Centro de Convivência do Idoso) juntamente com o CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) e o ACESSA São Paulo. Além disso, duas lanchonetes se instalaram e continuam funcionando até os dias atuais (figura 5). Da mesma forma, a Igreja foi ampliando suas instalações, construindo na mesma quadra o Centro de Catequese, onde funciona hoje a Secretaria Paroquial, e também a Rádio Guarucaia, que tem caráter comunitário.

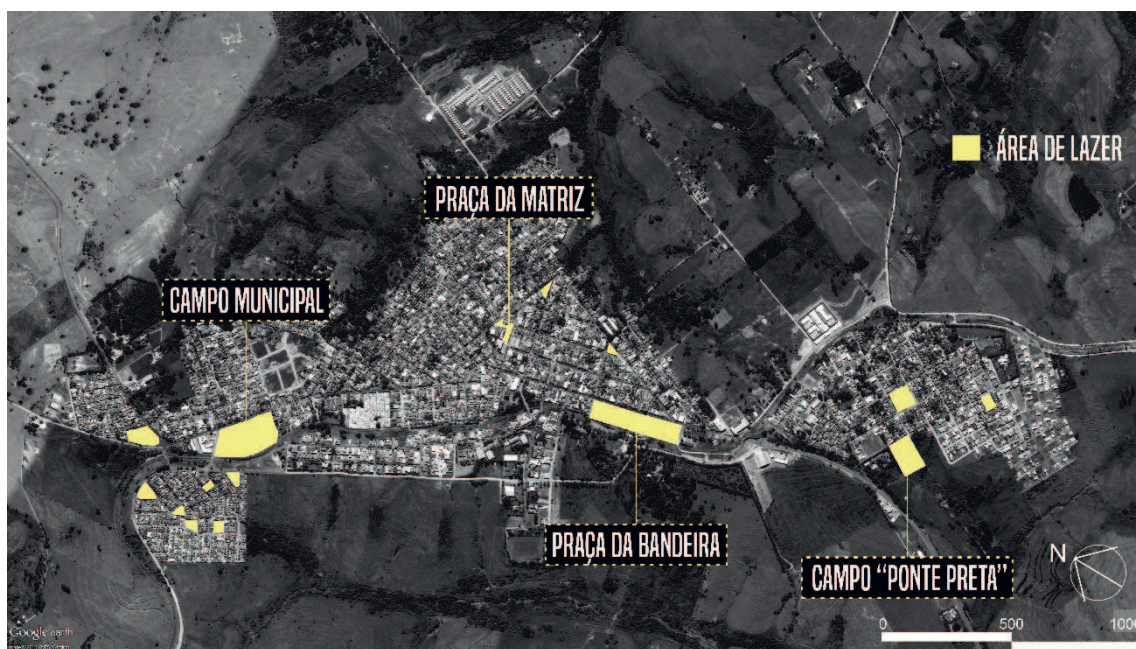
Figura 5 - Instalações na quadra da praça



Fonte: arquivo do autor

Atualmente, a praça da matriz em relação às outras áreas de lazer da cidade ocupa uma posição central (figura 6), no contexto do tecido urbano. Apesar disso, não possui como caráter essencial o lazer, como as outras áreas nomeadas na figura abaixo. Também é possível perceber que o tecido mais antigo da cidade – entorno da área central – tem pouquíssimas áreas destinadas ao lazer e, além disso, com dimensões reduzidas se comparadas aos loteamentos mais recentes, que precisaram destinar parte de suas terras para áreas de lazer, conforme legislação atual.

Figura 6 - Áreas de lazer em Presidente Bernardes

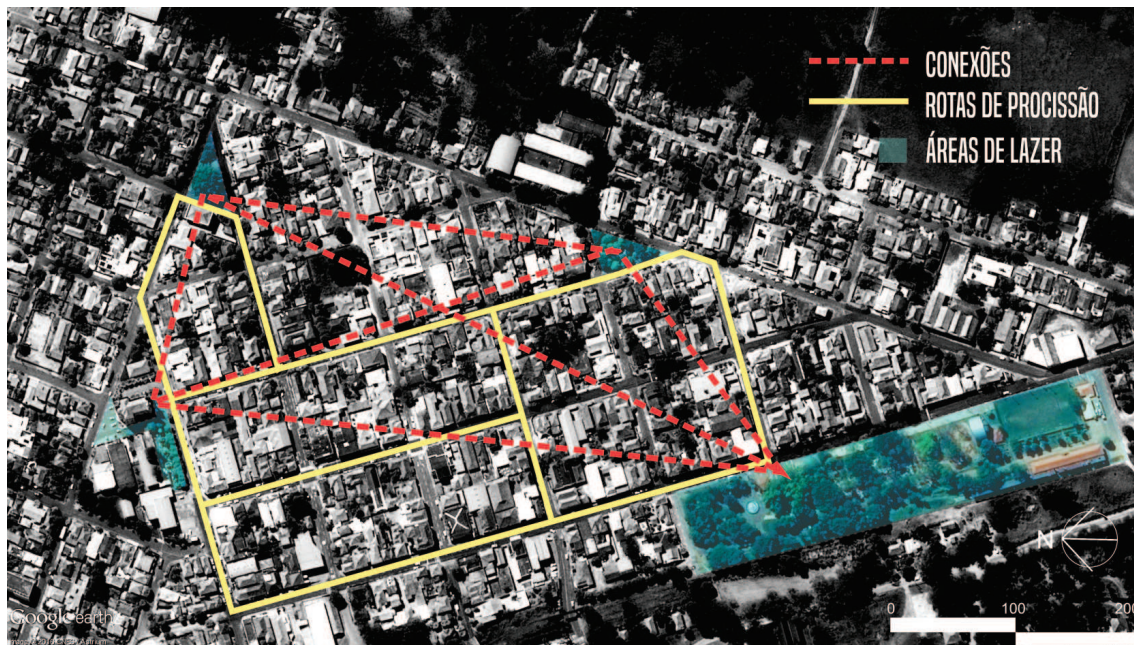


Fonte: Google Earth (adaptado pelo autor)

Por sua associação à Igreja Matriz, a praça continua sendo movimentada pela rotina da igreja, uma vez que os fiéis que saem da missa acabam utilizando a praça como passagem ou sentando em alguma das lanchonetes. Além disso, quando acontecem as missas campais com procissão, os

trajetos coincidem, praticamente, com a ligação dos principais referenciais arquitetônicos e espaços públicos próximos à área central (figura 7). As quatro áreas destacadas são a Praça da Matriz, Praça do Forum, Praça do Westin e a Praça da Bandeira, que se imaginados eixos de conexão, como sugere Sun Alex (2008), eles reforçam os principais fluxos da área abrangida.

Figura 7 - Conexões entre espaços públicos na região central



Fonte: Google Earth (adaptado pelo autor)

Analisando o entorno, procurou-se destacar a relação da praça com a vizinhança próxima e imediata, atentando-se para o uso e ocupação do solo, a altura das edificações e as travessias de pedestres. Há uma predominância de usos residencial, comercial e misto, e em questão de gabarito, as edificações não passam de dois pavimentos. Esse fato afirma ainda mais a imponência da Igreja Matriz, que é um referencial no centro da cidade, tanto pela sua altura quanto pela localização geográfica. Além disso, analisando

o diagrama de figura fundo de espaços construídos (figura 8), nota-se uma maior densidade construtiva nas ruas comerciais, enquanto que na área norte da quadra da praça, pela característica residencial, há maior presença de vazios.

Figura 8 - Mapa de figura fundo das edificações e vazios



Fonte: Google Earth (adaptado pelo autor)

Em relação aos três tipos de acesso ao espaço público discutidos por Sun Alex (2008) – acessos físico, visual e simbólico – a Praça da Matriz não pode ser considerada totalmente acessível. Ela é provida de travessias para pedestres, junto com obstáculos para carros, promovendo a diminuição de velocidade dos mesmos. Porém isso acaba por definir a maneira com que a praça deve ser acessada, uma vez que o espaço entre as faixas de pedestres cede lugar para estacionamento (figura 9). Isso faz com que o acesso visual seja prejudicado pela grande fileira de carros, bem como pela sequência

de árvores destinadas ao sombreamento deste estacionamento. Por fim, o acesso simbólico está relacionado apenas com o comércio praticado na praça, que vem das lanchonetes – somente no período noturno – e vendedores ambulantes com muito baixa frequência.

Figura 9 - Acessos à Praça da Matriz

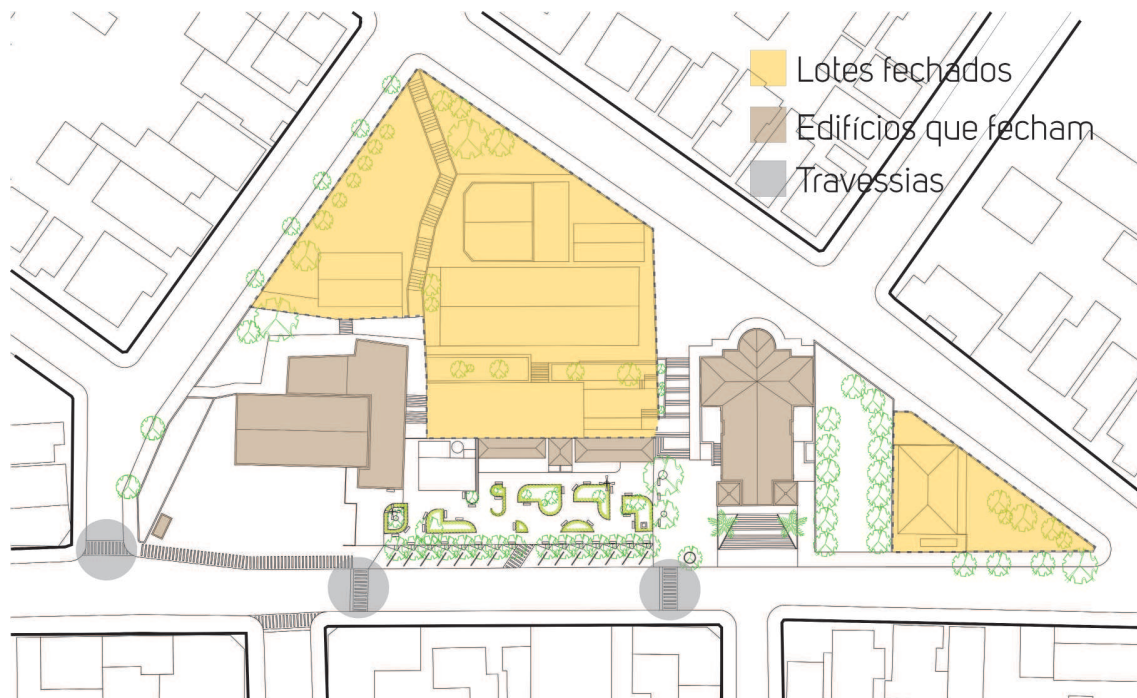


Fonte: Google Earth (adaptado pelo autor)

Ainda em relação à vizinhança próxima, a praça possui três travessias de pedestres que, na verdade, são as únicas da quadra toda (figura 10). Isso significa que os acessos são facilitados somente na área com os bancos e canteiros, que pode ser avaliado pela configuração do resto da quadra, que tem lotes fechados – a casa paroquial, o centro de catequese e o centro de convivência do idoso – em grande parte do prolongamento da aresta mais a norte. Além disso, as edificações da área sul da quadra fecham na parte da noite, sobrando como grande área de utilização e circulação toda a parte defronte o terminal rodoviário, as lanchonetes e a Igreja Matriz.

Para a análise de projeto e uso, a planta da praça foi desenhada com base em observações no local e reproduzida para conduzir a diferentes categorias de análise: situação atual, uso, não conformidade e projeto. Quando solicitada a planta – na verdade, qualquer tipo de desenho – na Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes, os funcionários alegam não existir, pois

Figura 10 - Análise de acessos do entorno



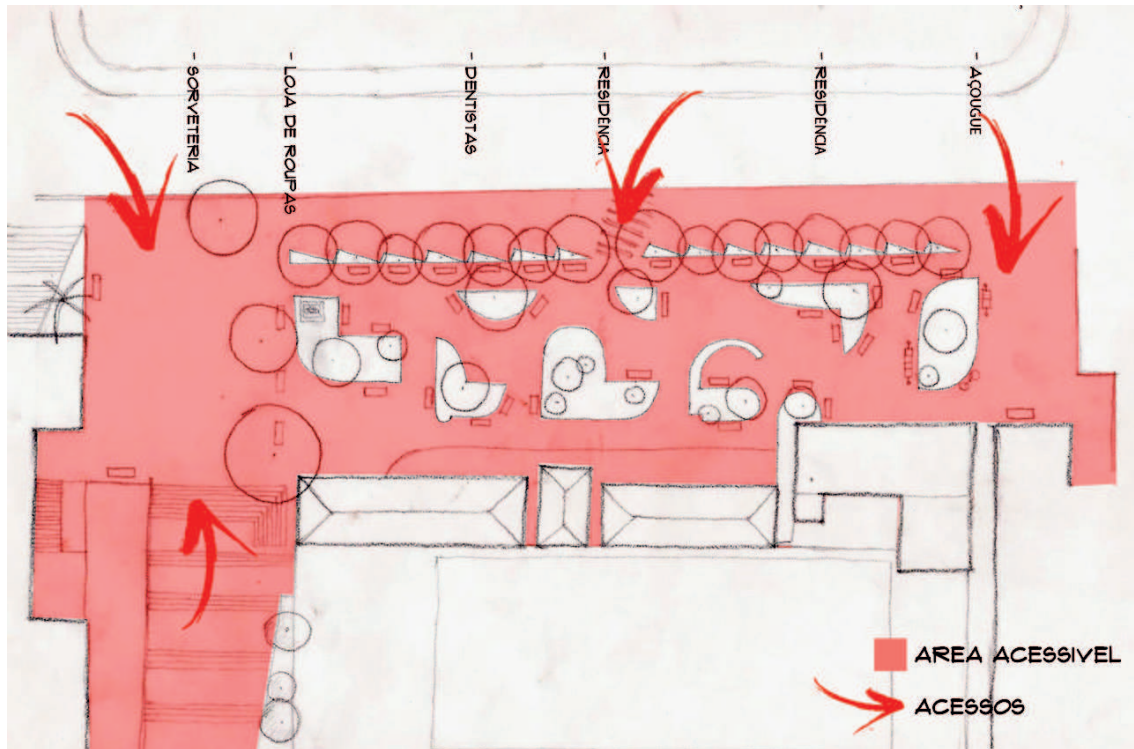
Fonte: arquivo do autor

a responsabilidade da praça é da Igreja. Realizada visita à Secretaria Paroquial, também não foi encontrado algum desenho, mas me foi apresentado um documento em que a Igreja transmitiu parte do imóvel – a quadra – para a Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes. Portanto, foi necessário recorrer ao levantamento in loco para elaboração da planta situacional da Praça da Matriz, bem como da quadra onde está inserida.

O estudo esquemático a seguir assinala a área acessível ao público, bem como os principais acessos ao espaço da praça (figura 11). Com o uso de cor, o desenho destaca as áreas franqueadas às pessoas e as áreas de canteiros, edificações, infraestrutura e mobiliário. Os canteiros mais próximos à rua delimitam o espaço de estacionamento dos carros e direcionam o acesso dos pedestres para as laterais, apesar de serem relativamente bai-

xos e algumas pessoas acabarem passando por cima deles. Já os canteiros no meio da praça são cercados com arbustos e, por isso, não são passíveis de circulação. Quanto às edificações, as lanchonetes fornecem um pequeno espaço coberto, enquanto a área de jogos permanece sempre aberta.

Figura 11 - Estudo esquemático da praça com destaque para as áreas com possibilidade de acesso



Fonte: arquivo do autor

Após a identificação morfológica da praça e dos equipamentos da quadra em que está localizada, iniciaram-se as observações de usos e conformidades pelo método da deriva. De maneira livre das obrigações do cotidiano, segundo Guy Debord, a deriva consiste em caminhar sem nada esperar,

a fim de se fazer o reconhecimento de unidades de ambiente. Os caminhos percorridos são demonstrados na figura a seguir.

Figura 12 - Direções da deriva



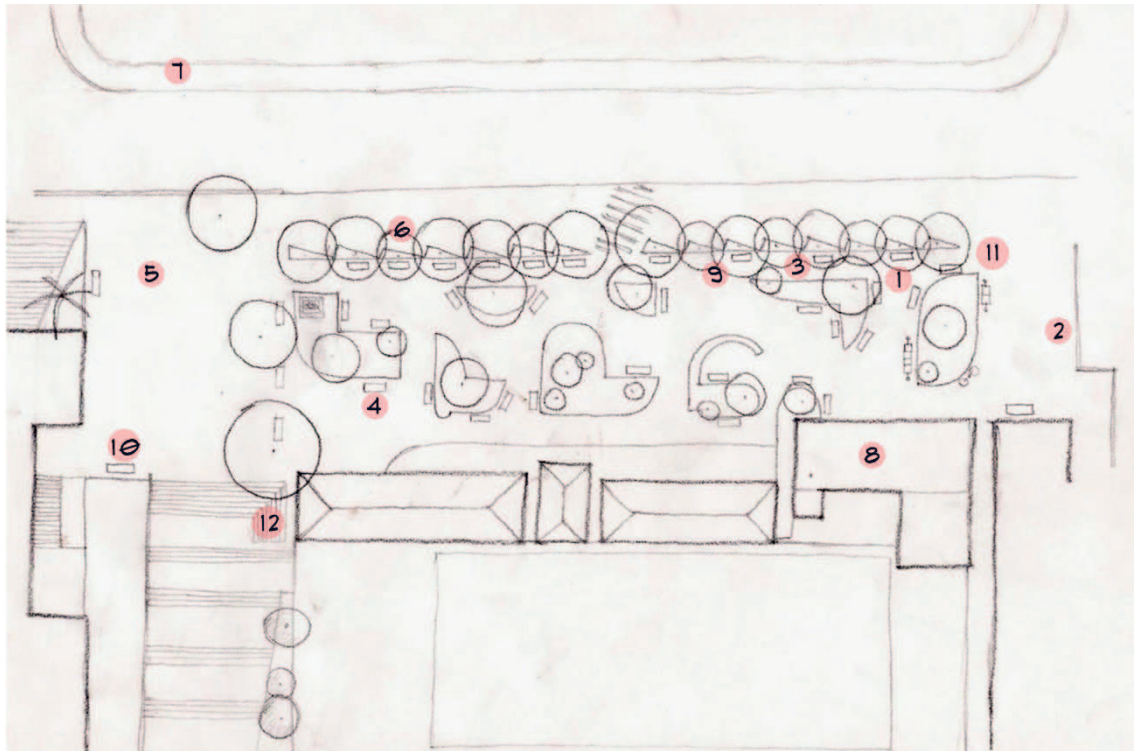
Fonte: Google Earth (adaptado pelo autor)

Buscou-se identificar os grupos de usuários deste espaço público, a maneira que ocupavam e a motivação para estarem nesta praça. Além disso, foram feitas observações de conflito entre o projeto e o modo de apropriação dos usuários. O resultado é um mapa de uso, conformidade e não-conformidade da Praça da Matriz (figura 13).

Os apontamentos foram feitos com base na experiência do lugar, estando no local em diferentes dias da semana e em diferentes horários. Em todos os períodos visitados, percebeu-se uma predominância do público idoso que se concentra basicamente na área de jogos e também nos bancos mais próximos à rodoviária. A hipótese criada para esse tipo de ocupa-

ção, baseado na obra de Jan Gehl, é que eles se posicionam num lugar de boa visibilidade para verem e serem vistos. Além do que, há uma disposição dos bancos de maneira a formar uma paisagem de conversa.

Figura 13 - Mapa de uso, conformidades e não-conformidades (Sun Alex, 2008)



① Sete senhores em ambiente de conversa - "Paisagem de conversa" (Jan Gehl)

② Pessoas reclinadas sobre a grade conversam e observam em direção à rodoviária

③ Ambiente de conversa ampla e há um começo de ocupação do canteiro

④ Começo de concentração de pessoas que esperam as crianças que saem da missa

⑤ Com o término da missa, várias pessoas passam a se concentrar no platô ao lado

⑥ Mesmo terminada a missa, a grande maioria dos carros permanecem estacionados

7 Com a sorveteria, as pessoas passam a comprar e consumir no espaço da praça

8 Há uma concentração massiva de usuários (idosos) na área de jogos. Obs: TV ligada

9 Estando lotado o espaço de jogos, usuários passam a arrastar mesas para fora

10 Do porão da igreja, se ouve o ensaio, possivelmente, de algum ministério de música da Igreja

11 Sendo um dos pontos de visão, vendedores ambulantes expõe seus produtos

12 Um grupo de conversa senta-se nos degraus da escada que une as duas ruas

Fonte: arquivo do autor

Notou-se também que a praça é utilizada, majoritariamente, como passagem de um lugar para outro. De um lado, o terminal rodoviário, um polo gerador de multidão que recebe e distribui pessoas durante boa parte do dia. Outro fator contribuinte para a geração de fluxos são as atividades da Igreja Matriz que, aos finais de semana, realiza quatro missas. Como costu-

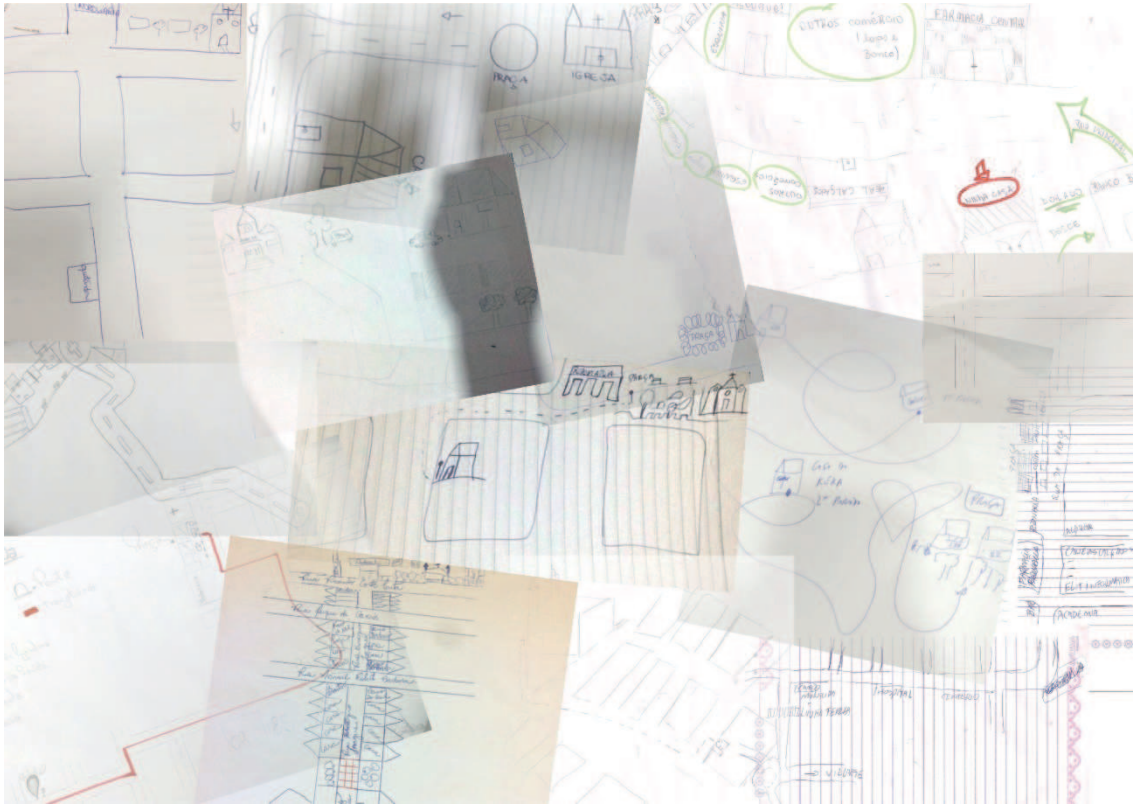
Figura 14 - Usos



Fonte: arquivo do autor

me, muitos fiéis permanecem em alguma das lanchonetes após as missas da noite. Além disso, costumam acontecer, também aos finais de semana, ensaios dos ministérios de músicas da paróquia, sendo possível ouvir de quase toda a extensão da praça.

Figura 15- Colagem feita com os mapas mentais recolhidos



Fonte: arquivo do autor

Por fim, foi realizada também como experiência do lugar a execução de mapas mentais, com o objetivo de reconhecer a imagem da cidade (LYNCH, 1960). Foi solicitado aos usuários que desenhasssem um trajeto que representasse o seu local até a Praça da Matriz, para avaliar quais os referenciais que a pessoa utiliza para se deslocar na cidade, bem como para

identificar qual o elemento que ela usa para reconhecer o ponto de destino.

Como resultado, afirmou-se a condição da praça como espaço de passagem, pois em muitos dos mapas mentais (figura 15), ela nem chega a ser desenhada. E os pontos de referência no destino foram, basicamente, o terminal rodoviário, a igreja matriz e as lanchonetes. Também ficou evidente os meios de locomoção que as pessoas utilizam para chegar até a praça, pois chegavam a sugerir um caminho que fosse possível executar com um veículo, enquanto existia uma alternativa de encurtar a caminhada. E enquanto se deslocam, os pontos de referência são os edifícios de uso comercial.

Como conclusão dessa etapa de análise, auferiu-se que a Praça da Matriz é vista e utilizada nos dias atuais como passagem, compondo um lugar entre a Igreja Matriz e o terminal rodoviário. Os mapas mentais, realizados em sua maioria por jovens de até 30 anos, sugerem a praça como um local confinado entre as instalações ditas acima. Porém, os idosos estão lá, quase todos os dias, jogando suas cartas, e sempre localizados próximo à rodoviária, possivelmente numa tentativa de serem e serem vistos. Enquanto no período noturno, as lanchonetes são os polos atrativos de usuários, que acabam por se apropriar do mobiliário já existente para expandir seu espaço de consumo.

Os consecutivos processos de redesenho da praça, com reconfiguração dos canteiros e dos pisos, acabaram por leva-la à situação de passagem que hoje se encontra. Se há alguns anos atrás, a praça permeava grande parte da quadra, nos dias atuais ela é enxergada de maneira quase que enclausurada entre os edifícios do terminal rodoviário e a igreja matriz.





5. REFERÊNCIAS PROJETUAIS

A fim de embasar as propostas arquitetônicas foram analisados seis projetos que, de modo geral, atuam sobre o espaço público das cidades em questão e, mesmo em diferentes escalas, conseguem potencializar os lugares aproveitando dos elementos presentes e oferecendo a possibilidade do devir.

5.1 Praça São Vicente de Paula / Estúdio Arquitetura

A Praça São Vicente de Paula fica na cidade de Dom Silvério, distante 180 km da capital mineira Belo Horizonte, e é a maior e mais bem aproveitada entre as cinco praças da cidade. São 1.500 m² transformados em um ambiente de convivência, cultural e lazer para os 5 mil habitantes do município.

Figura 16 - Vistas do projeto de intervenção muito simples



Fonte: Disponível em <<https://www.hometeka.com.br/f5/praca-sao-vicente-de-paula/#jp-carousel-24284>>. Acesso em: 28 set. 2016.

O desnível de até um metro entre alguns pontos e o formato triangular da planta foram resolvidos por platôs gramados em diferentes níveis (figura 16), que aumentam a permeabilidade do solo, além de poderem ser utilizados como assento nos segmentos calçados.

Os arquitetos empregaram técnicas e materiais de baixo custo e fácil manutenção, como o pavimento de concreto intertravado. Além disso, o projeto incentiva a performance artística e musical com a criação de uma concha acústica, bem como a prevenção do sedentarismo com equipamentos de musculação ao ar livre.

Desse projeto, o que se pode apreender para o caso de Presidente Bernardes é a singeleza da solução, com uma proposta simples de resolução do desnível. Além disso, a Praça São Vicente de Paula também possui uma igreja no seu entorno imediato e esta não é suprimida pela intervenção na praça.

5.2 Ladeira da Barroquinha / Metro Arquitetos Associados

O projeto de urbanização para a Praça do Cinema Glauber Rocha e para a Ladeira da Barroquinha levou em consideração, entre outros aspectos, a importância do patrimônio histórico edificado e a conciliação dos diversos usos existentes e desejados para esse importante eixo de ligação no Centro Histórico da Capital da Bahia.

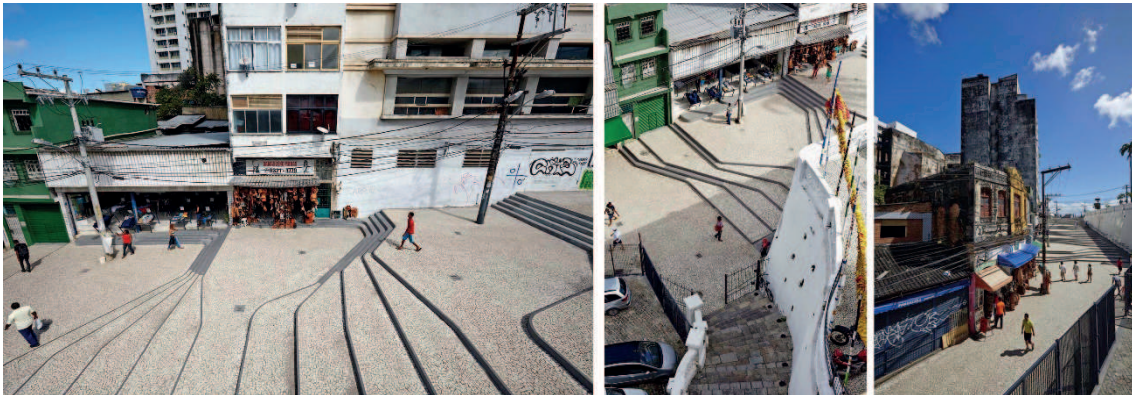
Na Ladeira da Barroquinha, um local de passagem, haviam dois tipos de público e conseqüentemente dois tipos de fluxos de pessoas: o que sai do terminal de ônibus em direção ao Centro Histórico e quer seguir direto e o que quer frequentar o comércio artesanal local. O projeto busca não conflitar um com o outro, mas deseja que ambos convivam lado a lado.

Ao considerar o fluxo rápido de pessoas junto ao muro, o projeto liberou as visuais desejadas e revelou o muro histórico. E, ao organizar o comércio do lado oposto ao muro e próximo aos edifícios, uma sequência de platôs unem os diferentes tipos de comércio (figura 17), o de rua e dos térreos dos edifícios, numa espécie de galeria ao ar livre.

O desenho dessa grande escadaria é portanto, o resultado da organização dos usos; uma confortável escada contínua que permite uma caminhada rápida que se desdobra em uma sequência de platôs que insinuam um caminhar mais lento.

O que se pode aproveitar do projeto da Ladeira da Barroquinha para o caso de Presidente Bernardes é a resolução do desnível com uma escadaria interessante, que permite tanto o fluxo mais rápido para quem está apenas de passagem, como também segura e volta a atenção para o comércio local.

Figura 17 – A escadaria da Ladeira da Barroquinha com seus vários platôs

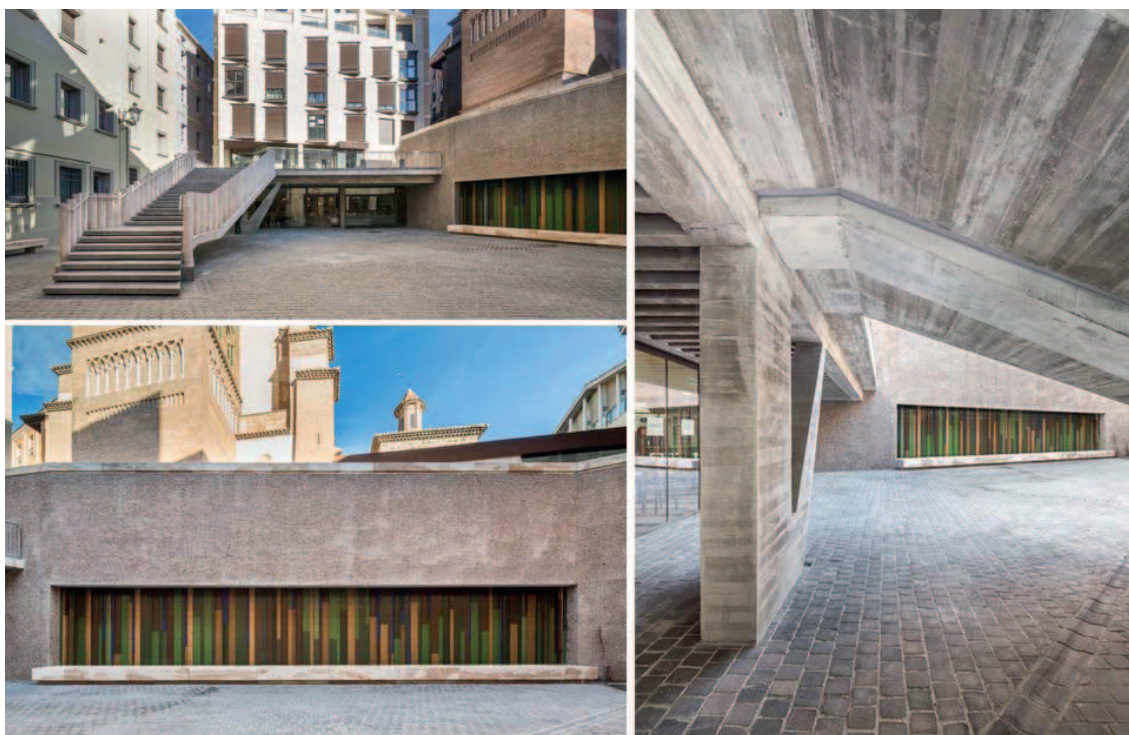


Fonte: Disponível em <<http://www.archdaily.com.br/br/781582/ladeira-da-barroquinha-metro-arquitetos-associados>>. Acesso em: 28 set. 2016.

5.3 Teruel Lovers Square / José Ignacio Linazasoro

A Praça Teruel Lovers não era, inicialmente uma praça, mas o vazio foi causado pelo bombardeio da guerra civil que devastou a cidade. Durante o período pós-guerra, a praça passou por variados degraus de sucesso para transformar o vazio numa área potencial devido a sua localização central. E assim, no ano de 2008, foi realizado um concurso para escolher o melhor projeto a ser implementado.

Figura 18 - A materialidade do projeto dialoga com o seu entorno, devido ao respeito histórico do local



Fonte: Disponível em <<http://www.archdaily.com/782896/teruel-lovers-square-jose-ignacio-linazasoro>>. Acesso em: 28 set. 2016.

A praça é definida por três elementos: a fonte, as escadas e um terraço que os une (figura 18). A materialidade destes elementos está relacionada à Torre San Pedro, figura icônica da região central da cidade de Teruel, cuja construção era feita entre as casas na rua, como uma torre vigia, basicamente. A escada que se junta ao terraço, direciona o fluxo de pedestres e é apoiada em pilares na forma de “v”, assim como o terraço, criando mais um espaço na parte de baixo.

Em geral, o potencial do projeto reside no diálogo intrínseco entre a intervenção e a materialidade do entorno que, como cidade histórica, é marcada com a presença de pedras, por exemplo. Assim, o projeto conversa com a praça onde foi inserido, também através de um jogo de luz e reflexão, produzindo a ambiência do caráter antigo do centro da cidade.

Da mesma forma, o que pode ser utilizado no caso de Presidente Bernardes é a intervenção respeitosa no espaço público da região central da cidade, tendo um cuidado especial com a materialidade e com o volume construído, para que os elementos antigos não deixem de existir, mas sejam criados novos usos para a praça.

5.4 Parc de La Villette / Bernard Tschumi

Como parte de um concurso internacional, entre os anos de 1982 e 1983, para revitalizar terrenos abandonados e pouco desenvolvidos do matadouro, em Paris, Bernard Tschumi projeta um parque urbano de 135 hectares de maneira a romper a mentalidade tradicional de parques ligados à paisagem e à natureza como forças dominantes. Ao contrário, o Parc de la Villette foi imaginado como um lugar de cultura, onde o natural e o artificial se mesclariam em um estado de constante reconfiguração e descoberta.

O projeto consistiu em três sistemas: superfícies, que são os espaços verdes abertos; linhas, os caminhos do parque; e pontos, estruturas icônicas pintadas em vermelho – as Folies – sem um programa pré-definido. Apesar da disjunção, da descontinuidade e fragmentação propostas por Tschumi por intermédio dessas unidades vermelhas, elas estão articuladas por uma malha cartesiana imaginária.

As Folies – as Loucuras –, são módulos cúbicos de 10 metros de aresta, projetadas sem uma função predeterminada ou um significado a priori, ou seja, “as caixas são vazias”, esvaziadas de conteúdo funcional e simbólico. No lugar de objetos grandiosos e que têm a presença formal como principal questão, Tschumi propõe uma arquitetura de espaçamentos programáticos, de programas intercambiáveis no espaço e no tempo, onde as ações imprevisíveis que ali ocorrem e ocorreriam incessantemente seriam camadas de significações por vir de um território esvaziado quanto aos seus significados e sentidos apriorísticos.

Figura 19 - Fragmentações e concomitante coesão do conjunto



Fonte: Disponível em <<http://www.arch-daily.com.br/br/01-160419/classicos-da-arquitetura-parc-de-la-villette-slash-bernard-tschumi>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

Nota-se a prevalência das relações entre os espaços, o entre, o percurso em que a relação entre os volumes novos e existentes passa a ser mais importante que os próprios volumes; mais importantes que as partes que compõem o conjunto são os intervalos, os vazios, os interstícios entre elas, “preenchidos” por uma grande movimentação de pessoas que cruzam o parque em direção às diversas unidades e às outras edificações.

As Folies, parecem, entretanto, incapazes de se tornar agentes

motivadores de uma ocupação mais efetiva e intensa da área. Era preciso o apoio de polos capazes de atrair e gerar pequenas multidões. Como dito, Tschumi se utiliza da presença do que poderíamos denominar de quatro grandes polos que, facilmente se percebe, tornaram-se polos catalisadores, a saber: as “cidades” da Música, da Ciência e da Tecnologia, o Grande Halle, edificação onde funcionava o antigo matadouro da região, agora transformado em local multimídia, e o Zenith, uma grande sala de espetáculos.

Com esse projeto, Tschumi teve como objetivo provar que era possível construir uma complexa organização arquitetural sem recorrer às tradicionais regras de composição, hierarquia e ordem. A sobreposição dos três sistemas autônomos – pontos, linhas e superfícies – rejeita uma síntese totalizante de aprisionamento objetivo evidente na maioria dos projetos de ampla escala.

5.5 Marquise do Parque Ibirapuera / Oscar Niemeyer

A Marquise do Ibirapuera é uma grande laje, de aproximadamente 600 metros, e não poderia, a princípio, ser considerada como uma coisa em si, como uma obra isolada, como possuidora de um nome e de uma vida própria. Certamente, na sua origem e projeto, não havia sido concebida isoladamente. Do ponto de vista de seu autor, dos colaboradores que com ele então trabalhavam, tratava-se de um elemento hierarquicamente secundário na composição do conjunto de edifícios e espaços projetados e realizados entre 1951 e 1954 para abrigar a Exposição do 4º Centenário de São Paulo, no Parque do Ibirapuera. Certamente a marquise não existiria sem os palácios que conecta (da Indústria, das Nações, dos Estados, das Artes); e embora estes apenas se beneficiem, sem entretanto dela dependerem, as grandes distâncias fazem da Marquise o gesto que estabelece o conjunto.

Figura 20 - A infraestrutura que gera um bom funcionamento dos demais edifícios



Fonte: Disponível em <<http://parqueibirapuera.org/areas-externas-do-parque-ibirapuera/marquise-do-parque-ibirapuera/>>.

Acesso em 10 fev. 2017.

O espaço criado sob essa laje é um imenso vazio entre edificações cujos conteúdos e funções preestabelecidos determinam, sugerem, condicionam usos, significados e sentidos. Esse espaço é capaz de potencializar ações e acontecimentos inesperados, por vezes sem qualquer relação com os usos dominantes das edificações ao redor e, por isso, transforma-se em espaço suplementar não só do conjunto edificado o qual faz parte, mas do próprio parque, e amplia seu caráter previamente determinado de mera infraestrutura, de mero suporte ao bom funcionamento dos demais edifícios.

5.6 Piazza del Campo, Siena – Itália

A Praça do Campo recebeu o início das obras do Palazzo Pubblico em 1297, que possibilitaria a visão da Catedral, e todas as saídas que davam na praça deveriam ordenar-se como colunas para criar um conjunto harmônico: a Catedral flutua sobre a cidade como uma imensa aeronave branca e negra, enquanto mais abaixo, situada na ladeira está a Praça do Campo, com o arruamento e é o espaço onde ocorrem os eventos públicos.

No chão da Praça, tentaram representar simbolicamente, através da localização da Catedral, do Campo e da Praça do Mercado, uma relação entre a igreja, a vida pública e o comércio. O Campo localiza-se entre os cruzamentos das vias que cruzam Siena. O fechamento natural devido à topografia soma-se às construções e a sua forma arqueada coincide com a do vale. Este espaço é centrífugo olhando-se o vale e conseqüentemente, está-se olhando o foco central.

Figura 21 - O espaço público conformado pela topografia e por seus usos



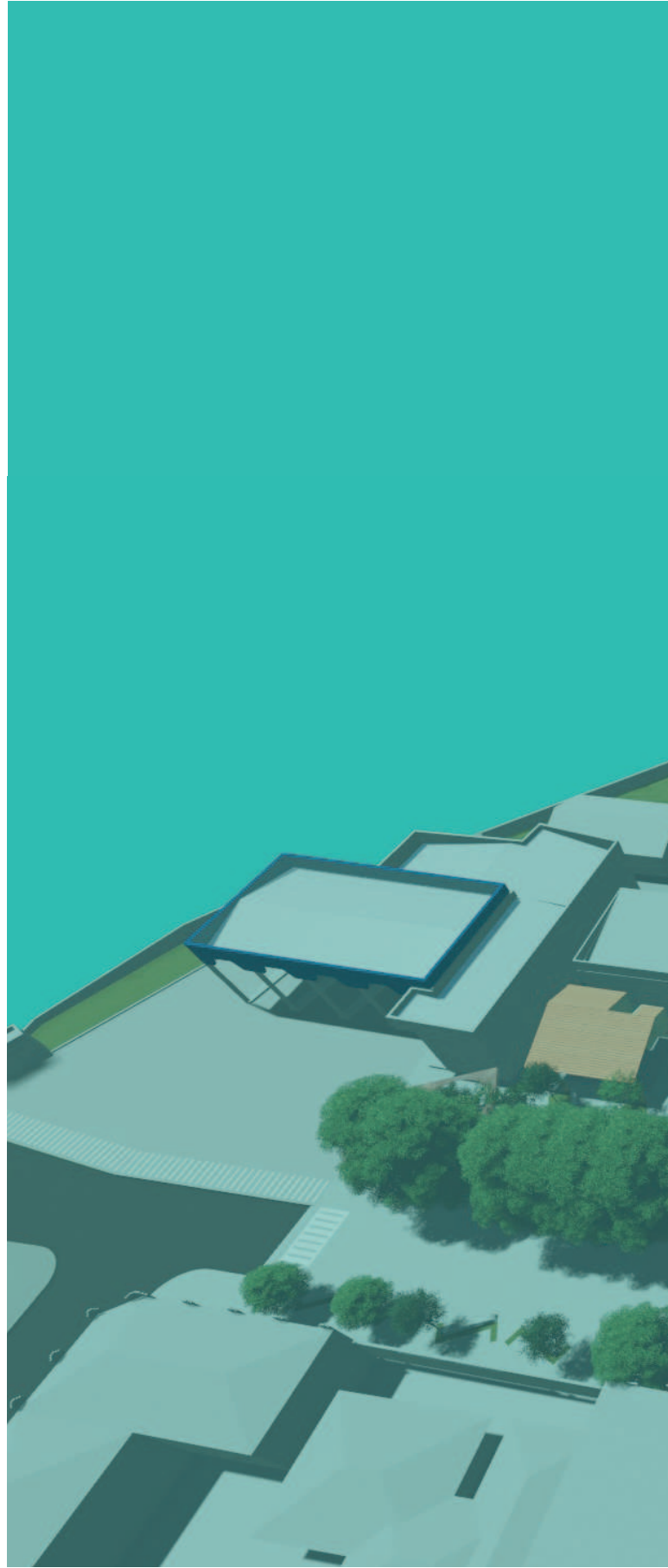
Fonte: Disponível em <<https://arquitetandoblog.wordpress.com/2009/04/13/siena-italia-estudo-da-forma-urbana-piazza-del-campo/>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

A necessidade de unir a Catedral com a Praça do Campo é a causa da única interrupção que ocorre na série de edifícios que rodeiam a Praça. Dos seis acessos secundários que levam à Praça, dois apontam diretamente para a Torre e três para a parte central do Palazzo Pubblico. A forma piramidal do conjunto e a simetria bilateral do agrupamento atestam a importância da vida cívica na cidade.

O foco é o lugar onde se localizam as redes de águas pluviais e o ponto de convergência dos raios desenhados no piso da Praça. Essa convergência contribui para unificar a Praça. Se imaginarmos que a Praça do Campo é um auditório ao ar livre, o Palazzo Pubblico seria um cenário arquitetônico onde são realizados eventos públicos.

A Catedral se encontra na colina, onde mais abaixo está o Campo; por consequência, a relação que trava com o restante dos elementos e com o Mercado, se deve a sua localização topográfica. As vias de comunicação entre estes três espaços, como também as que unem o Campo a Catedral, deixam ver facilmente a cúpula e o campanário, com o conseqüente aumento da tensão.

Neste emaranhado, os espaços foram criados com a intenção de que os edifícios ali construídos pudessem ser vistos corretamente; a composição orgânica une as forças do lugar com as necessidades práticas para formar os espaços e localizar elementos arquitetônicos que simbolizem fatos especiais da vida.





6. O PROJETO

Entendendo a atual Praça Dr. Arthur Ramos e Silva Jr. como um espaço situado entre o terminal rodoviário e a Igreja Matriz, evidenciado nos mapas mentais, o conceito do projeto arquitetônico desenvolvido neste trabalho permeia a ideia da condição entre discutida por Guatelli (2012). Desse modo, o espaço da praça é estruturado pela presença de polos capazes de atrair e gerar pequenas multidões, que são justamente o terminal rodoviário e a Igreja Matriz.

Além disso, intervir sobre um espaço de tamanha importância histórica para a cidade requer total atenção e respeito com os elementos presentes e também com aqueles que já foram presentes um dia. Por meio do levantamento histórico foi possível observar o caráter público que a Praça da Matriz carregava em si, tanto pela posição central no tecido urbano quanto pelas partes que a compuseram.

Portanto, mesclam-se os significados de um passado de caráter público e um presente delimitado como local de passagem e como espaço confinado para usos limitados. O projeto adota essa condição e trabalha com a possibilidade do vir-a-ser, gerando um espaço de momentos de invenção, sempre pensado na escala humana, bem como respeitando as edificações do entorno imediato para que exista “vida entre os edifícios”, como diz Gehl.

Desse modo, foi muito importante levantar os elementos físicos que já compuseram a praça no passado, e que permitiam a manifestação do público. Este levantamento foi realizado por meio dos registros fotográficos e de história oral, advindos dos moradores mais antigos da cidade. Os elementos que mais se destacaram foram a fonte, o coreto, a marquise, o teatro de arena e as escadas de acesso. A estes elementos estão associados a presença da água, da representação pública, do footing e dos acessos alternativos.

Em relação aos dias atuais, os elementos físicos presentes são a área de jogos, as lanchonetes, vendedores ambulantes, canteiros vegetativos

cercados, áreas de estacionamento e também os sons, como o sino da Igreja Matriz. Este último é bastante rotineiro na vida dos cidadãos bernardenses, pois dá suas badaladas de meia em meia hora, marcando a passagem do tempo, bem como badaladas características de quando ocorrerá uma missa. Com isso, associa-se a Praça da Matriz como sendo um espaço de consumo, que cede lugar ao automóvel e aos poucos vai afastando o pedestre de suas entranhas. Bem como, acaba sendo uma extensão da atmosfera sagrada, tanto pela imponência da própria Igreja Matriz, quanto pelo uso dos fiéis que utilizam a praça para encontros.

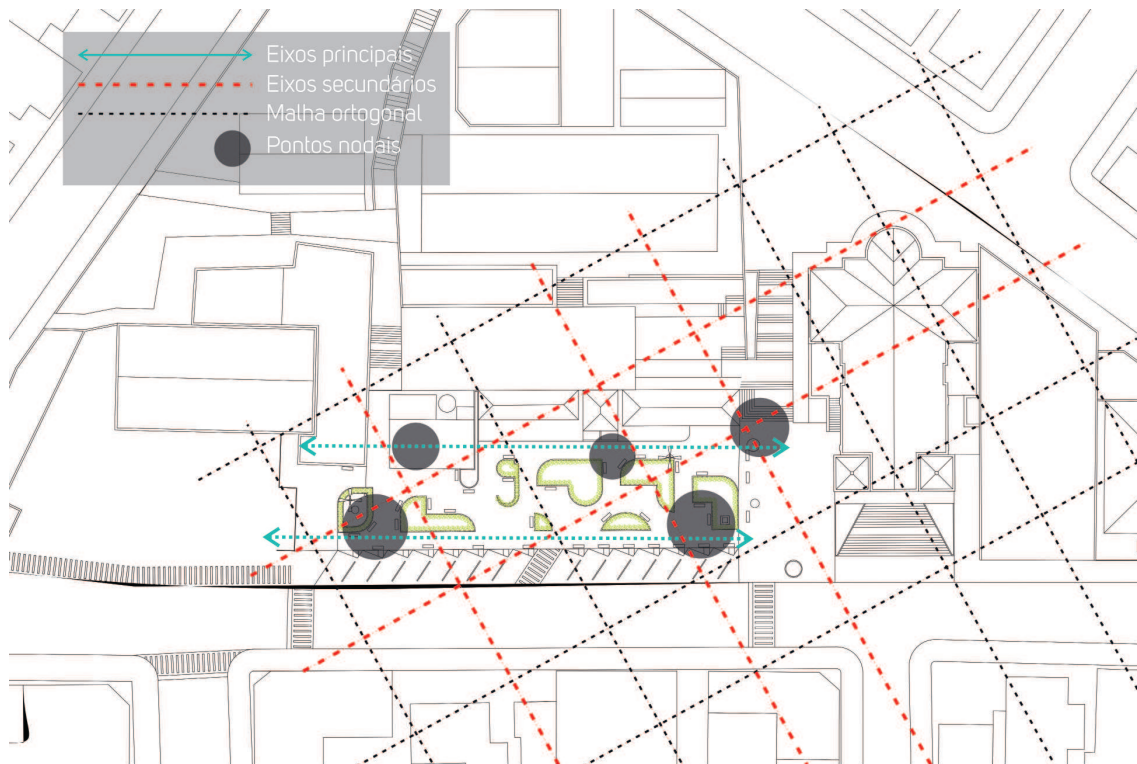
Neste contexto, o projeto vê ainda mais a necessidade – e encontra a justificativa – de um espaço pensado para a escala humana. Com base nos levantamentos de usos e conformidades realizados na etapa anterior deste trabalho, foi possível confirmar o uso majoritário por idosos, que ficam no espaço para jogos, e por pequenos grupos que costumam se aglomerar onde o mobiliário proporciona “paisagens de conversa”, como diz Jan Gehl, bem como em áreas sombreadas. Além do mais, as pessoas costumam ocupar lugares em que possam ver o que acontece na praça e o movimento de pessoas, assim como procuram serem vistas.

Utilizando das referências projetuais consultadas, e aplicando o conceito adotado, este projeto tem sua concepção por meio da organização de pontos nodais - aqueles locais com maior concentração de pessoas - e também dos eixos de circulação de pedestres, possibilitando o traçado de eixos. As espécies vegetativas também auxiliaram o desenho do principal elemento compositivo deste projeto: a marquise.

A marquise nasce como elemento que une os dois polos geradores de multidão, como propõe a teoria de Guatelli, e assim como acontece nos casos do Parque de la Villette, em Paris, e do Parque Ibirapuera, em São Paulo. No caso de Presidente Bernardes, a marquise propõe a união espa-

cial entre o terminal rodoviário e a Igreja Matriz, valorizando a atmosfera do espaço público e potencializando os trajetos que, agora, possibilitam novos usos.

Figura 22 - Diagrama da concepção projetual



Fonte: arquivo do autor

Como dito anteriormente, hoje a praça tem uso principal como local de passagem, e possui dois eixos principais de circulação, bastante demarcados pelos canteiros (figura 22). Além destes, foram identificados eixos secundários que, basicamente, unem os pontos nodais assinalados - locais onde o mobiliário configura paisagem de conversa, bem como áreas sombreadas - promovendo outros deslocamentos. Cruzando esses dados, foi possível traçar uma malha ortogonal que organizará todo o desenho da

marquise, que também consegue fazer a união destes pontos nodais.

Analisado este estudo esquemático, optou-se por fazer a retirada dos atuais canteiros pois são todos cercados por arbustos e não permitem o acesso ou pisoteio pelos usuários. Isso resulta numa limitação muito demarcada dos percursos possíveis na praça, além de parecerem barreiras, fragmentando o espaço.

A partir disso, o desenho da marquise ressignifica os percursos existentes e dá possibilidade a infinitos outros. Os eixos gerados pela malha também configuram o desenho dos novos canteiros, que preservam em quase sua totalidade as espécies arbóreas existentes.

Atuando também em razão da escala humana, os estacionamentos que margeiam a praça foram realocados. Metade das vagas hoje são destinadas para táxis, que passam a atender na área de estacionamento para carros no platô da rodoviária. Enquanto a outra metade das vagas, destinadas a particulares, foram deslocadas para o estacionamento da igreja. Isso porque só acontecem missas aos finais de semana, situações onde tal estacionamento é mais solicitado. Portanto, durante a semana, ele é altamente capaz de atender a demanda de dias úteis.

Aberto todo o espaço que impede a livre circulação dos usuários e, em busca de lançar os olhos aos edifícios antigos do outro lado da rua que, em sua maioria ainda preservam a fachada em volume, o projeto propõe a transformação deste trecho de leito carroçável em rua compartilhada (figura 23). Deste modo, não há uma delimitação física do espaço para pedestres e carros, embora seus limites se dão de maneira visual, configurada pela disposição do novo mobiliário.

Ainda em relação à escala humana, o pé-direito da marquise é escolhido a partir dos edifícios históricos do entorno imediato, para que este

Figura 23 - Composição da marquise a partir dos eixos



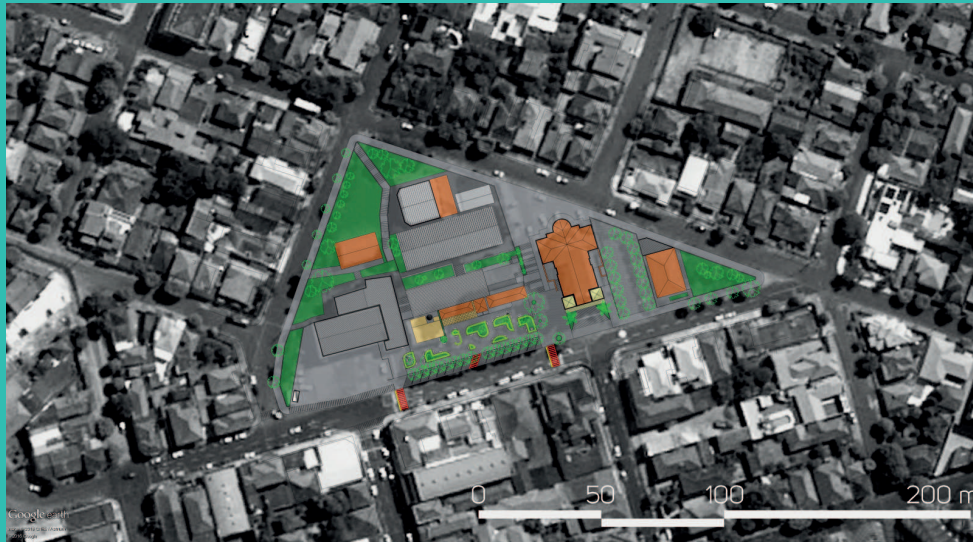
Fonte: arquivo do autor

elemento se insira à paisagem deste espaço público, e não seja algo impositivo, tanto de uso quanto de monumentalidade. Portanto, a marquise nasce dançando e sugerindo percursos possíveis neste novo amplo espaço da Praça Dr. Arthur Ramos e Silva Junior, a conhecida carinhosamente como Praça da Matriz.

Em tempos passados, a praça se espalhava por quase toda a quadra, confundindo seus limites. Como maneira de resgatar essa ideia, há diretrizes de valorização de todos os acessos possíveis à praça, que hoje acontecem majoritariamente pela R. Pref. Ricardo Costacurta (rua defronte). Os elementos de escada já instaladas, por sua grande extensão, tem poten-

cial para abrigar não somente o uso de vencer desníveis, mas também de apropriação dos degraus, como já acontece hoje na escada lateral à igreja. A seguir (figura 24), são apresentados a situação da quadra antes e após a instalação do projeto.

Figura 24 - Situação da quadra antes e após o projeto



Fonte: arquivo do autor

A fim de entender a relação de altura entre a marquise instalada e os edifícios do entorno imediato, foram elaborados cortes que mostram a valorização da escala humana e a ampliação deste espaço público, que se abre para novos usos, conserva e potencializa os usos já existentes.

Figura 25 - Planta humanizada com demarcação dos cortes



Figura 26 - Corte AA - Projeto na escala humana e ampliação do espaço público



Fonte: arquivo do autor

0 2,5 5 10 m

Figura 27 - Corte BB - Acesso resgatado e ampliação da dimensão humana

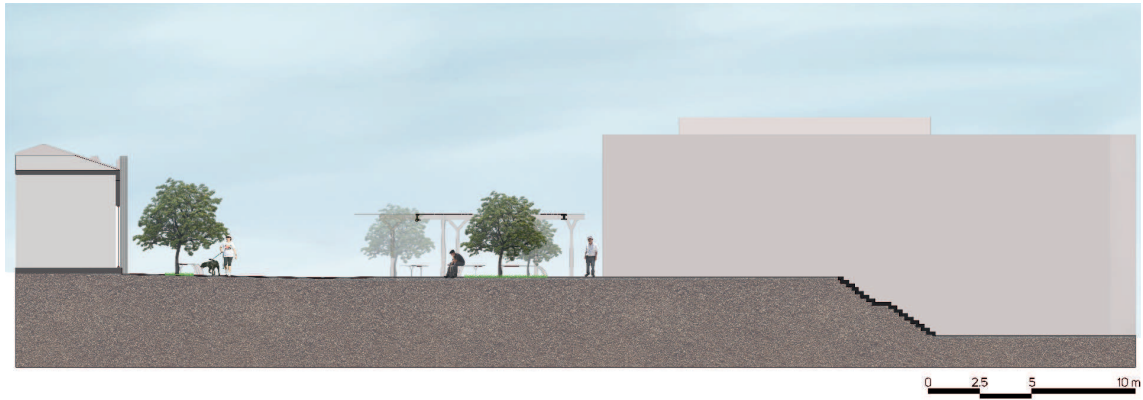


Figura 28 - Vista longitudinal da R. Pref. Ricardo Costacurta em direção à praça



Figura 29 - Vista longitudinal da R. Pref. Ricardo Costacurta a partir da praça

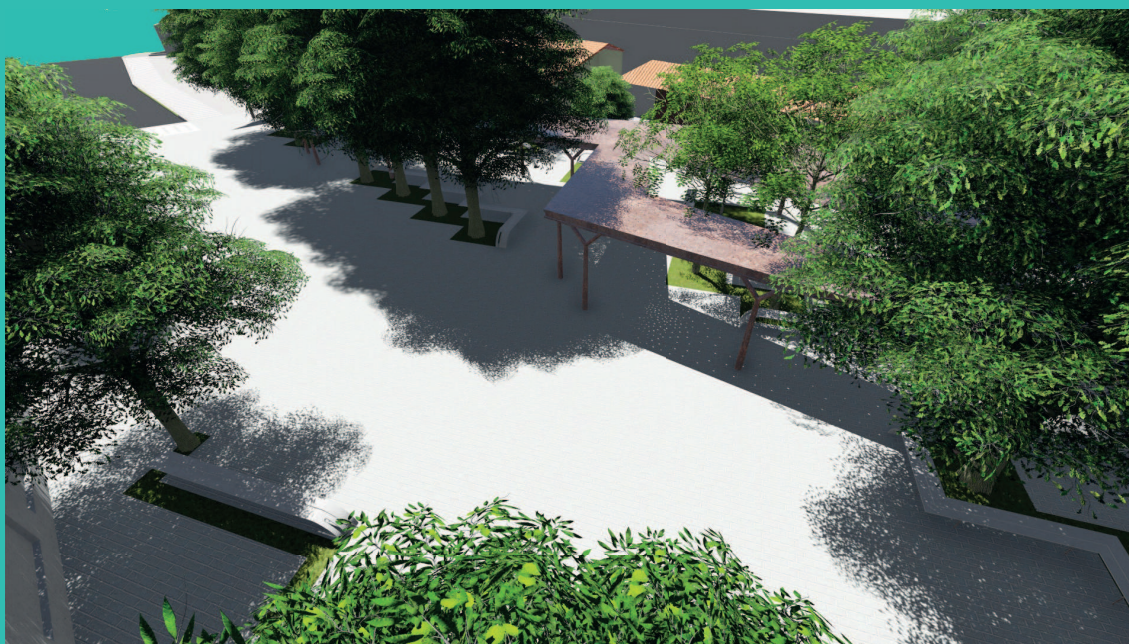


Fonte: arquivo do autor

Fazendo a leitura das ambiências do lugar, como já destacado anteriormente, o elemento sonoro do sino é bastante marcante não só para os usuários da praça, como para os moradores habituados com a marcação do tempo registrada pelas badaladas do sino. Além disso, por estar presente desde o primeiro traçado da cidade, a Praça da Matriz é capaz de contar diversas relações e acontecimentos desde quando Presidente Bernardes era o vilarejo de Guarucaia. Moradores contam saudosos suas histórias e relatam como os jardins foram ficando confinados.

Portanto, a escolha da materialidade da marquise abarca a compreensão da passagem do tempo que ocorrerá neste espaço público, bem como as passagens de pedestres, marcadas pelos percursos. A marquise, dessa forma, é composta por aço corten, caracterizado por sua textura de ferru-

Figura 30 - A marquise dança e constrói novas paisagens



Fonte: arquivo do autor

gem, proteção natural deste elemento que, em pouco tempo, obtém uma característica de envelhecido, a pátina.

A estrutura conta a passagem do tempo a partir do desenho de sua chapa de cobertura que, com pequenos triângulos obtidos pelo traçado da mesma malha ortogonal, é rasgada e vai se distribuindo de maneira rítmica onde se aproximam perto das grandes aberturas - liberadas para o crescimento das espécies arbóreas além de produzirem uma "clareira" - e se afastam próximo às extremidades da marquise.

O mobiliário, segundo Jan Gehl, impulsiona as paradas para encontros e, quando bem dispostos, criam as paisagens de conversa. Estas já estavam presentes na praça dos dias atuais, porém o desenho do mobiliário é bastante impessoal e tem caráter comercial, pois em cada encosto está

Figura 31 - Valorização das ambiências intimistas da Praça da Matriz



Fonte: arquivo do autor

registrado o nome de um estabelecimento comercial. Dessa forma, foi proposto um mobiliário - também disposto em acordo com a malha criada pelos eixos de circulação - que se integre a paisagem e se assente de maneira mais leve. A disposição, portanto, dança na praça junto com a marquise e, com seu novo desenho, incita diversas apropriação além da tradicional, como sentar no chão e reclinar as costas na parte que “nasce” do chão, ou ainda, encostar sua bicicleta no vão criado na placa de concreto.

Figura 32 - A marquise, o mobiliário e as sombras desenham os infinitos percursos



Fonte: autoria do autor

É neste espaço, o *espaço entre*, espaços livres de preconfigurações, que é possível ao ser humano abrir-se ao devir, a passar de seus limites impostos pelo natural, por um discurso histórico rígido. É este espaço que absorve e registra as marcas deixadas, sem adotar o que podemos chamar de sentido adequado, mas que fica à espera de novos significados e interpretações por parte dos usuários.

Figura 33 - O acesso pela escada amplia as possibilidades de acessos físicos



Figura 34 - A rua compartilhada expande o espaço e os usos da praça



Fonte: autoria do autor



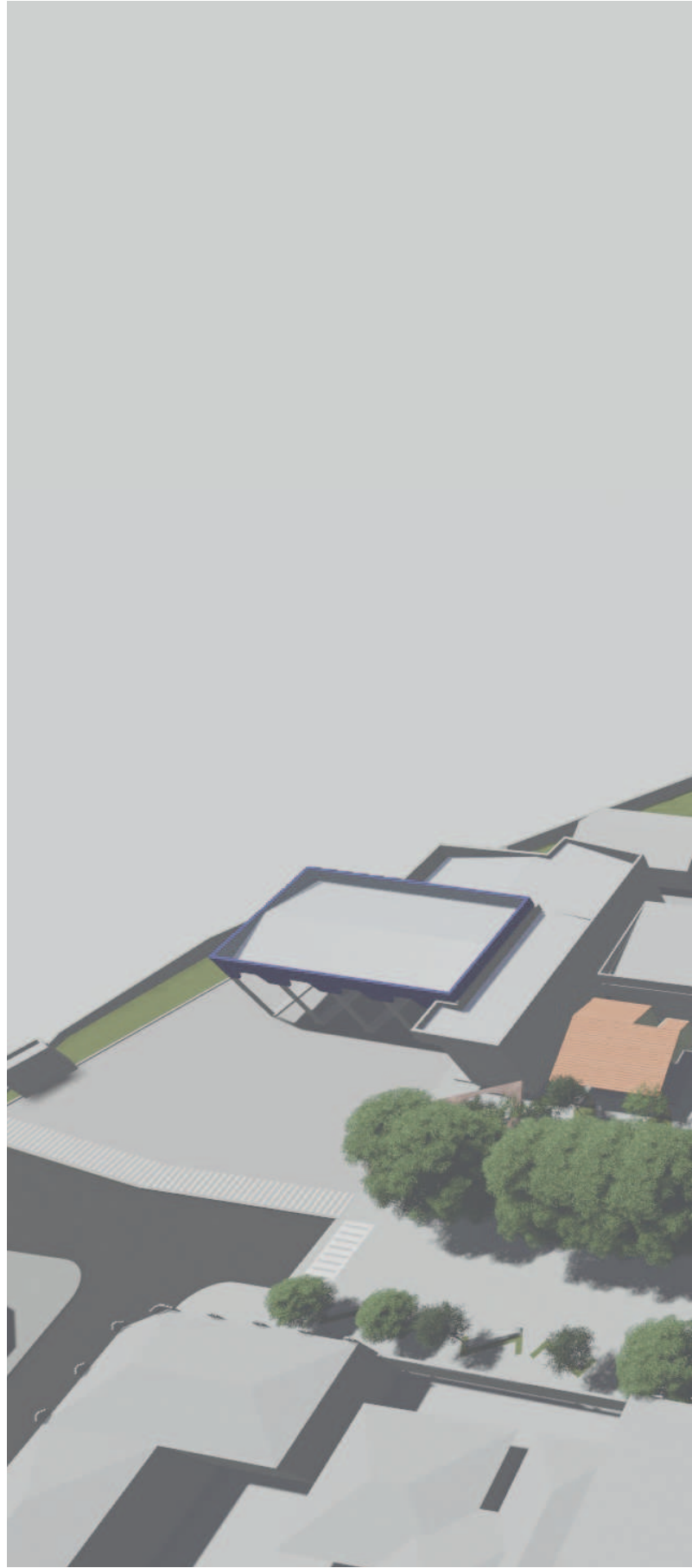
CONCLUSÃO

Assim como na proposta de Guatelli (2012), delimitar, e ao mesmo tempo, deslimitar o suporte arquitetônico passa a ser a estratégia para a construção do *entre*, de uma situação potente para o devir.

Portanto, a ampliação e a deslimitação da Praça da Matriz em Presidente Bernardes, além de ampliar a atmosfera do espaço público, ressignificar por meio do resgate histórico, dá sentido de uma cidade contínua e viva, provida de espaços de encontro e de manifestações humanas.

Dar abertura aos conteúdos programáticos por uso de uma necessidade garante a possibilidade de repensar o suporte arquitetônico e seus históricos pressupostos.







7. REFERÊNCIAS

ABUMANSUR, Edin Sued. A arte, a arquitetura e o sagrado. Ciencias Sociales y Religión, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p.177-190, set. 2000. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/CienciasSociaiseReligiao/article/download/2165/853>>. Acesso em: 18 maio 2016.

ALEX, Sun. Projeto da praça: Convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Senac, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. Verdade ou radicalidade na arquitetura. AU, n. 84, p. 49-50, 1999.

COSTA, Lúcio. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. ARS (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 16, p. 127-195, 2010.

DEBORD, Guy-Ernest. Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional. In: JACQUES, P. B. (Org.) Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 43-59. [Apresentado originalmente na fundação da Internacional Situacionista, 1957.]

DEL RIO, Vicente. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: Pini, 1990.

DELGADO, Manuel. Espacio público, discurso e lugar. In: DELGADO, Manuel. EL espacio público como ideología. Madri: Catarata, 2011. Cap. 1. p. 15-40.

GEHL, Jan. Cidade para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GUATELLI, Igor. Arquitetura dos entre-lugares: sobre a importância do trabalho conceitual. São Paulo: Editora Senac, 2012.

LEITE, José Ferrari. A ocupação do Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente. Hucitec, 1981.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MILHORANÇA, André Luiz Ferreira. O conturbado histórico arquitetônico da Igreja Matriz de Presidente Bernardes: um possível ocultamento da memória municipal?. In: Mestres e Conselheiros, 7, 2015, Belo Horizonte, Anais.

ORNSTEIN, Sheila; ROMERO, Marcelo (colab.), Avaliação pós-ocupação do ambiente construído. São Paulo: Studio Nobel/Edusp, 1992.

ROSENDAHL, Zeny. A dimensão do lugar sagrado: ratificando o domínio da emoção e do sentimento do ser-no-mundo. Geo-Working papers – Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento, Universidade do Minho, Azurém, 2008. Disponível em <<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/geoworkingp/article/download/444/416>>. Acesso em: 18 maio 2016.

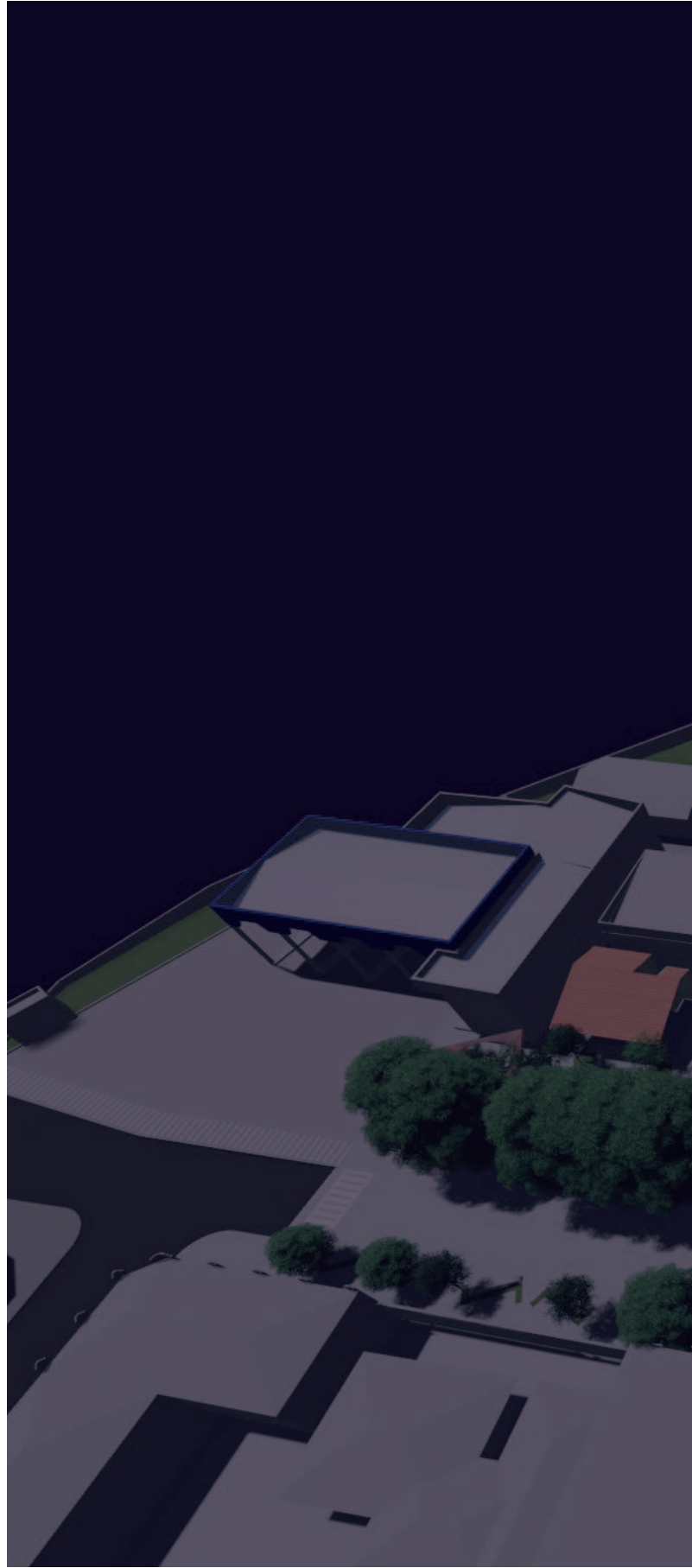
_____. Espaço, simbolismo e religião: resenha do simpósio temático. Revista Brasileira de História das Religiões, Maringá, v. 1, n. 3, nov. 2009. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/rbhr/espaco_simbolismo_e_religiao.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.

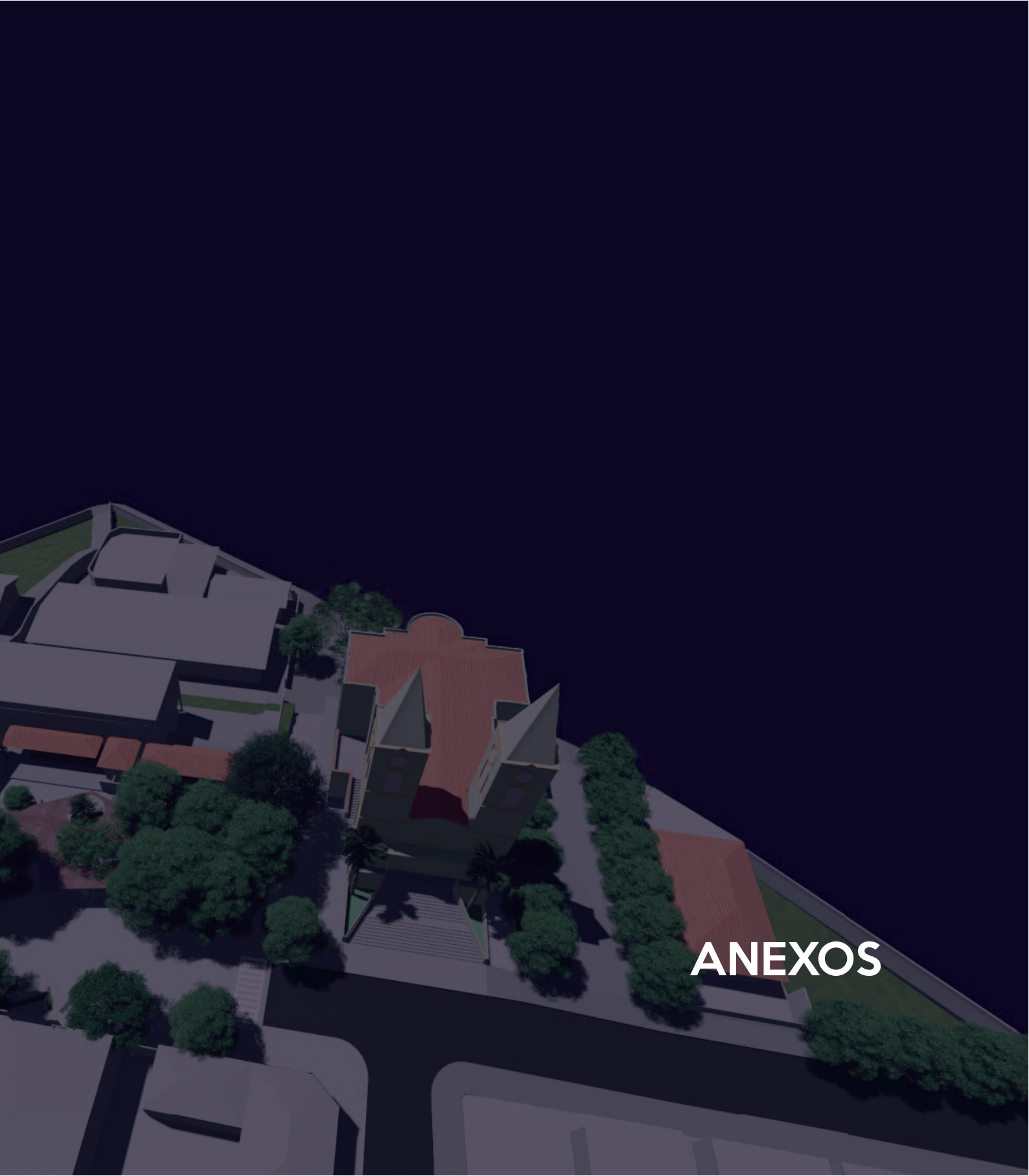
SANTOS, Waldery. Presidente Bernardes: História de sua Fundação. Presidente Prudente: [s.n.], 2000.

SERPA, Angelo. O espaço público na cidade contemporânea. SP: Contexto, 2007. p. 21-39.

SOBREIRO FILHO, José. A luta pela terra no Pontal do Paranapanema: história e atualidade. Geografia em Questão, v. 5, n. 1, p. 83-114, 2012.

ZUMTHOR, Peter. Atmosferas: entorno arquitectónicos – as coisas que me rodeiam. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.



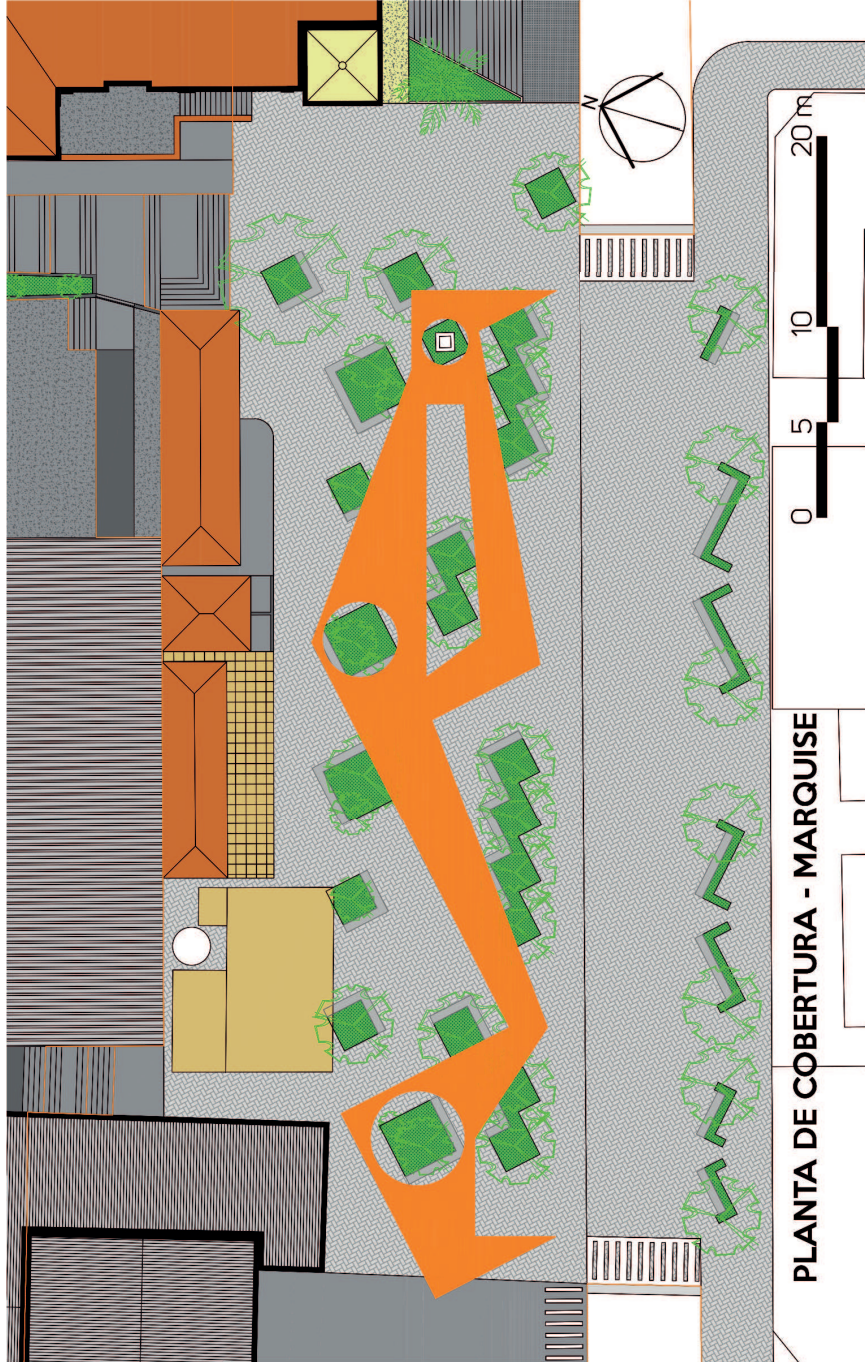


ANEXOS





PLANTA GERAL - PROJETO



PLANTA DE COBERTURA - MARQUISE

